

**TURISMO E HOSPITALIDADE NA REGIÃO
METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS:**

Reflexões sobre a Qualificação
e Certificação Profissional

Presidente

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério do Turismo

Ministro

Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho

Secretaria Executiva

Secretário

Mário Augusto Lopes Moyses

Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo

Secretário

Frederico da Silva Costa

Depto. de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo

Diretora

Regina Cavalcante

Coordenação Geral de Qualificação e Certificação

Coordenador Geral

Luciano Paixão Costa

ELABORAÇÃO, EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO:

ESCOLA DE TURISMO E HOTELARIA CANTO DA ILHA

Capa: Luciana Raimundo

Turismo e Hospitalidade na região metropolitana de Florianópolis: Reflexões sobre a Qualificação e Certificação Profissional / organizado por Rosana Miyashiro e Evaristo Luzardo Dopico. Florianópolis : Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha CUT, 2009.

84 p.

1. Qualificação Profissional 2. Certificação Profissional 3. Educação dos Trabalhadores 4. Turismo e Hospitalidade I. Miyashiro, Rosana II. Dopico, Evaristo L.

Obs.: Os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Turismo

Organizadores
Rosana Miyashiro e Evaristo Luzardo Dopico

**TURISMO E HOSPITALIDADE NA REGIÃO
METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS:**
Reflexões sobre a Qualificação
e Certificação Profissional

Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha CUT

Florianópolis, 2009

ESCOLA DE TURISMO E HOTELARIA CANTO DA ILHA

Endereço: Av. Luiz Boiteux Piazza, 4810 - Ponta das Canas

Cep: 88056-000 – Florianópolis – SC - Brasil

Telefone: 48-3284.8820 - E-mail: pedagogicaethci@escoladostrabalhadores.org.br

Site: www.escoladostrabalhadores.org.br

Diretor Geral

NEUDI ANTONIO GIACHINI

Diretor Financeiro

ANTONIO CARLOS SPIS

Coordenação Pedagógica

ROSANA MIYASHIRO

Equipe de Educadores

ALINE MARIA SALAMI; ANA CAROLINA R.HERRERA; EVARISTO DOPICO LUZARDO; HANEN SARKIS KANAAN; LUCIANA RAIMUNDO

Coordenação Administrativa

ALMIR ROGÉRIO DO NASCIMENTO

Assistente Administrativa

SANDRA MILLIDIU

ASSESSORIA TÉCNICA DE PESQUISA

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL
DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Rua Ministro Godoi, 310 - Perdizes

05001-900 - São Paulo - SP

PABX: (011) 3874-5366 / Fax: (011) 3874-5394

Site: www.dieese.org.br

IIEP – INTERCÂMBIO, INFORMAÇÕES, ESTUDOS E PESQUISAS

Praça da República, 419 – Piso 8

01045-001 – São Paulo – SP

Tel: (011) 3362-1153 / 3337.6775

site: www.iiiep.org.br

CONVÊNIO

MINISTÉRIO DO TURISMO

Coordenação Geral de Qualificação e Certificação

SCN Quadra 06 - Bloco A - Sala 1201 – Shopping ID

CEP: 70.716-900 – Brasília - DF

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
INTRODUÇÃO.....	9
UM BREVE PANORAMA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NAS PERIFERIAS DO CAPITALISMO Helton Ricardo Ouriques.....	15
A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SETOR DE TURISMO E HOSPITALIDADE COMO ESTRATÉGIA PARA O MOVIMENTO SINDICAL E O PAPEL DA CONTRACS Lucilene Binsfeld e Camila da Silva Crespo.....	27
O SETOR DE TURISMO E HOSPITALIDADE DA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE.....	39
ITINERÁRIOS FORMATIVOS E SAÍDAS INTERMEDIÁRIAS: UMA ANÁLISE APLICADA À REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS Antonio Gracias Vieira Filho, Alexandre Custódio Pinto, Carmen Moraes, Sebastião Lopes Neto, Vanessa Miyashiro – Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas - IIEP.....	51
MUNDO DO TRABALHO NO TURISMO E HOSPITALIDADE E A EDUCAÇÃO INTEGRAL DOS TRABALHADORES Rosana Miyashiro.....	71

APRESENTAÇÃO

Esta publicação é resultado dos estudos e pesquisas realizados no âmbito do convênio firmado entre a Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha - CUT e o Ministério do Turismo para o desenvolvimento do Projeto de Educação Integral dos Trabalhadores no Turismo e Hospitalidade.

A necessidade de maior conhecimento sobre esse setor para subsidiar o desenvolvimento metodológico para a formação profissional dos trabalhadores e trabalhadoras já vinha sendo manifestada nos diferentes espaços de formação da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha - CUT, tanto pela equipe técnico-pedagógica quanto pelos dirigentes sindicais cutistas, especialmente, àqueles ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços - CONTRACS. Os resultados da pesquisa realizada confirmam a relevância de se conhecer melhor a realidade para uma intervenção mais consistente nas políticas públicas de qualificação e certificação profissional e no âmbito das negociações coletivas entre capital e trabalho.

Esse trabalho sistematiza os principais aspectos teóricos e práticos acerca da qualificação e certificação profissional por meio da explicitação das bases que fundamentam o desenvolvimento do turismo. Traz um diagnóstico do setor na região metropolitana de Florianópolis com destaque para os elementos referentes à dinâmica do mundo do trabalho no setor, o perfil sócio-econômico dos trabalhadores e as demandas de qualificação social e profissional. Dentre as questões urgentes apontadas, destacamos: a realidade da precarização das condições de trabalho no setor e os desafios para a organização dos trabalhadores e a consolidação de uma proposta de formação profissional na ótica do trabalho.

A Política Nacional de Formação da CUT, na qual se insere a Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha, tem o papel de traçar diretrizes para a formulação e validação teórico-metodológica por meio experiências formativas com trabalhadores que combatam radicalmente propostas educacionais focadas, exclusivamente, nas demandas do mercado. Dessa forma, a qualificação social e profissional, deve beneficiar os trabalhadores na perspectiva de valorização social do trabalho, formando para a vida e para a inserção qualificada no mundo do trabalho.

A nossa expectativa é que as reflexões aqui construídas subsidiem as políticas públicas de qualificação e certificação profissional no setor e contribuam no desenvolvimento de ações formativas fortemente vinculadas à identidade política e social da classe trabalhadora.

Agradecemos ao apoio do Ministério do Turismo e a todos que colaboraram, direta e indiretamente, com a efetivação dessa publicação e desejamos a todos uma boa leitura!

NEUDI ANTONIO GIACHINI

DIREÇÃO DA ESCOLA DE TURISMO E HOTELARIA CANTO DA ILHA

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o debate sobre o turismo vem ganhando espaço, tanto no meio acadêmico quanto na sociedade em geral. Este tem sido marcado por um discurso que destaca esse setor como estratégico. De um lado, em razão de seu suposto potencial gerador de empregos que poderia alavancar um processo de diminuição das desigualdades sociais e, de outro, pela sua capacidade de modernização das economias locais e ampliação de divisas, além da “nobre” qualidade dessa atividade de contribuir com o desenvolvimento econômico e cultural das localidades em que se instala.

Dentre as preocupações e problemas que são enfatizados por diversos autores, temos a questão ambiental e estrutural das localidades e a melhoria das atividades que compõem a prestação de serviços aos turistas, com variações das visões e soluções.

A maioria dos estudos reafirma a visão dominante acerca do consenso dos benefícios do turismo para alavancar novas relações sociais em lugares longínquos, no sentido de superar os “atrasos” existentes. No entanto, ainda são poucos os estudos críticos que buscam desvelar as bases constitutivas da exploração do turismo. Este é o caso de Ouriques (2005), que alerta para o tratamento dado, hegemonicamente, ao fenômeno turístico, no qual é secundarizada ou mesmo desconsiderada as leis imanentes do Capital, pois:

“A mercadoria-paisagem, que se constitui num dos fundamentos do turismo e que aparece como o principal determinante dessa atividade, possui um caráter fantasioso, já que (...) É um consumo intangível que tem uma base material fundamentada na troca de mercadorias, porque o turista se hospeda, se desloca, se alimenta etc.” (idem p.19-20).

Dessa forma, a mercantilização da paisagem é escamoteada nas relações sociais fetichizadas da economia capitalista por meio de argumentos que reforçam a crença de que os problemas existentes, circunscritos aos aspectos fenomênicos, situam-se mormente nos equívocos na área do planejamento; na necessidade de aprimoramento da prestação de serviços e a introdução de novas tecnologias; na insuficiente re/qualificação dos trabalhadores e na falta de investimentos públicos para a melhoria da infra-estrutura local. Nessa linha argumentativa, tais fatos conformariam os principais entraves para a modernização das economias nas quais se institui as atividades turísticas. No entanto, adverte o autor:

“somente quando as relações capitalistas se instalam é que os rios, as montanhas, as praias e as dunas passam a ser apropriados economicamente pelo turismo. Mas o discurso turístico diz outra coisa: que a Baía de Guanabara, a Ilha de Santa Catarina ou Fernando de Noronha são dádivas da Natureza (ou “bênçãos de Deus”) colocadas ‘à nossa disposição para serem exploradas turisticamente’ ” (idem, p. 61)

Da mesma maneira que há uma hegemonia em torno do discurso pró-turismo, no campo da qualificação profissional dos trabalhadores não é diferente. Vem sendo amplamente difundida na última década, a idéia de que só por meio da educação e da qualificação profissional da força de trabalho o país pode se desenvolver e diminuir a miséria. Não é por acaso que o tema ganha centralidade na agenda do Capital, pois extrapola o campo meramente pedagógico.

Desde os anos 90 do século passado, no Brasil, observamos a panacéia em torno do debate sobre a chamada reestruturação produtiva, conformando o que Harvey (1996) denominou de padrão *flexível de acumulação* que fundamentou a suposta necessidade um novo perfil de trabalhador, adaptado as incertezas do mundo do trabalho contemporâneo. Predominaram as formulações que relacionam a educação com a *Qualidade Total* por meio do *Modelo de Competências* e a *Empregabilidade* como projeto a ser perseguido pelos trabalhadores para o sucesso, ou mesmo, a sua sobrevivência no mercado de trabalho, ou seja,

Como conseqüência, e ao mesmo tempo reforço, afirma-se com uma força extraordinária a ética individualista que no campo pedagógico se manifesta sob as noções de competências, competitividade, habilidades, qualidade total, empregabilidade, mas que no âmbito social mais amplo se define por noções constitutivas de um suposto “novo paradigma” (Frigotto, 2001:25)

Essa perspectiva que assentou a educação profissional – que sugere a subordinação crescente dos trabalhadores por meio de sua adesão ao ideário da empresa, preconizada no modelo de competências (saber/ser, saber/fazer e saber/agir) – tem se firmado em outras esferas da vida social e, por isso, torna-se fundamental trazê-la à baila para desvelar suas facetas e intencionalidades, ou seja, seu caráter ideológico. A qualificação profissional dos trabalhadores passa a ser, portanto, um poderoso mecanismo ideológico para a ampliação da extração das taxas de mais-valia na atualidade.

Pelas razões até aqui expostas e a fim de problematizar o argumento simplista que atrela a baixa qualificação dos trabalhadores como um dos entraves para o desenvolvimento do turismo, nessa publicação trazemos dados e reflexões que buscam demonstrar a falácia desse discurso. Torna-se urgente uma compreensão mais profunda sobre as implicações das propostas hegemônicas da formação e certificação dos trabalhadores.

Com essa breve introdução, situamos a presente publicação cujos diferentes artigos retratam as várias dimensões e contradições presentes no âmbito da Educação e Trabalho no setor do Turismo e Hospitalidade.

Abrimos, a publicação com o artigo do professor Helton Ricardo Ouriques, do departamento de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Santa Catarina intitulado *Um breve panorama sobre o desenvolvimento do turismo nas periferias do capitalismo*. O autor faz uma abordagem crítica ao discorrer sobre as mudanças provocadas pela atividade turística

segundo a lógica do desenvolvimento capitalista em seu estágio atual. Explicita o conteúdo ideológico presente no discurso hegemônico sobre o turismo a partir da desmistificação dos argumentos que balizam a sua defesa para a superação dos problemas enfrentados pelas economias periféricas.

Destaca que as atividades turísticas vem marcadas por uma lógica de desestruturação das economias pré-existentes a partir da ocupação de territórios potenciais para a exploração de atrativos turísticos (a exemplo das regiões litorâneas) sem que isso signifique necessariamente a melhoria das condições de vida da população residente. Pelo contrário, o autor é taxativo ao abordar que, como decorrência desse processo de desestruturação numa perspectiva privatizante, há impactos em toda a vida social das regiões em que são implementadas as atividades turísticas, que passam a ser pautadas pela lógica mercantil dos espaços sociais e da cultura nativa.

Apresenta dados da própria Organização Mundial do Turismo que admite a realidade da exploração do trabalho no setor. Confronta também dados sobre o fluxo de turistas e receitas de vários países, demonstrando que a lógica da expansão turística vem acompanhada da concentração de riquezas. Chama a atenção, dessa maneira, para a problemática das concepções e estratégias que permeiam a definição das políticas de desenvolvimento do turismo nos países periféricos. A partir dos dados apresentados, explicita a ilusão do turismo com indutor de crescimento econômico ao demonstrar que nas localidades em que o modo de produção capitalista encontra-se em estágio mais consolidado é que as atividades turísticas tendem a se desenvolver e não o contrário, como muitos autores sugerem. O autor compartilha a tese do neocolonialismo, tendo em vista o desenvolvimento do turismo sob a lógica de subordinação dos países da periferia do capital aos países centrais.

Na seqüência, trazemos o artigo intitulado *A formação dos trabalhadores do setor de turismo e hospitalidade como estratégia para o movimento sindical e o papel da CONTRACS*, elaborado por Lucilene Binsfeld e Camila da Silva Crespo, que discorre sobre a realidade do mundo do trabalho contemporâneo e as novas pautas de negociação sindical, na qual a Educação dos trabalhadores ganha centralidade junto à tarefa estratégica de organização num contexto de adversidades para a classe trabalhadora, no qual se intensifica a precarização das relações de trabalho em nível mundial.

Enfatiza a importância do fortalecimento das relações do sindicato junto aos trabalhadores da base, para intensificar as lutas e mobilizações frente à necessidade de ampliação de sua representação. A partir de uma perspectiva histórica, retoma o debate sobre a formação dos trabalhadores no contexto da revolução industrial e das lutas e organização da classe trabalhadora, resgatando a categoria trabalho.

Apresenta também os desafios do movimento sindical para o setor do turismo e hospitalidade com base nos dados da pesquisa realizada. Ressalta a importância dos acúmulos advindos das experiências inovadoras das entidades ligadas à CUT no campo da

educação profissional como um dos aspectos que coloca o movimento sindical cutista como ator privilegiado para intervir nas políticas públicas e avançar no âmbito da negociação e contratação coletivas da qualificação profissional para a disputa de hegemonia na sociedade, na ótica do trabalho.

Ao longo da presente publicação, poderemos perceber que o processo de alienação do trabalho no turismo tem se efetivado claramente por meio dos mecanismos ideológicos de dominação do Capital, que citamos anteriormente, o que tem dificultado a consciência crítica e organização desses trabalhadores que, em sua maioria, tem incorporado esses discursos. A invisibilidade dos trabalhadores nesse setor em detrimento da apologia dos lugares/paisagens e da estetização da cultura nativa como diferencial turístico é marcante. Os tão apregoados tempo livre e ócio, confrontam-se diretamente com a realidade das extenuantes jornadas de trabalho nesse setor.

Dada a amplitude e complexidade das atividades que compõe a cadeia de serviços do turismo e hospitalidade, observamos uma dificuldade de caracterização desse setor, em relação aos outros setores da economia. Isto é, não se pode conceber o mundo do trabalho nesse setor sem considerar a própria dinâmica do desenvolvimento local/regional na qual as atividades turísticas são exploradas, que incorpora a rede de equipamentos e serviços públicos e privados.

Nesse sentido, o artigo produzido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) apresenta o resultado da pesquisa: Diagnóstico Setorial do Turismo e Hospitalidade na Região Metropolitana de Florianópolis – SC que focalizou a investigação em algumas atividades que, na dinâmica do setor na localidade, vem apresentando, grosso modo, um impacto mais significativo nas demandas de qualificação profissional dos trabalhadores. Trata-se das atividades ligadas: 1) aos serviços de alimentação (que incorpora bares e restaurantes e afins); 2) aos serviços relacionados ao lazer e entretenimento; 3) aos meios de hospedagem e, por fim, 4) ao comércio; que nos dão uma visão mais ampla das mudanças que operam no âmbito das relações capital e trabalho e das políticas públicas voltadas à qualificação e certificação profissional no setor.

Primeiramente apresenta uma caracterização dos municípios da região de abrangência a fim de expor um quadro mais geral do desenvolvimento das atividades turísticas alertando que esse setor *não depende meramente de fatores intrínsecos*, ou seja, envolve outras variáveis como as condições de vida das comunidades e os equipamentos de infraestrutura existentes nas localidades.

Depois analisa o perfil dos trabalhadores, formais e informais, no turismo e hospitalidade utilizando as fontes de dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego. Em linhas gerais, revela-se que os empregos temporários são uma realidade nesse setor, reflexo da dinâmica da sazonalidade

da atividade turística e que as jornadas de trabalho, em relação aos outros setores da economia, continuam a ser as mais extensas, excedendo, inclusive, a jornada legal. Além disso, destaca-se que a remuneração média encontra-se entre 1,6 e 2,6 salários mínimos.

Tal realidade é confrontada com as demandas de qualificação no setor apresentada pelos representantes dos trabalhadores, dos empresários do setor e do poder público, que por diferentes razões concordam que essa é uma das principais insuficiências para o desenvolvimento do setor.

Os dados apresentados permitem inferir que há um longo caminho a percorrer para obter avanços tanto na organização dos trabalhadores desse setor quanto nas políticas de qualificação profissional. Sobretudo no que se refere as ações voltadas para o aprimoramento da formação e qualificação profissional com a valorização social do trabalho para fortalecer as potencialidades de desenvolvimento do setor e que proporcione, de fato, melhores condições de trabalho para as categorias profissionais por ele abrangidas.

Na sequência, no artigo intitulado *Itinerários Formativos e Saídas Intermediárias: uma análise aplicada à Região Metropolitana de Florianópolis*, elaborado pelo IIEP – Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas são recuperados os conceitos centrais em torno da certificação profissional para situar o debate e análise dos Itinerários Formativos e das Saídas Intermediárias para o setor do turismo e hospitalidade.

Com base na análise dos atos normativos vigentes, busca explicitar as propostas existentes no âmbito da certificação profissional apontando os avanços e fragilidades. A partir desse novo marco regulador confronta com a realidade da qualificação e certificação profissional no país e, na região de abrangência da pesquisa, em particular, demonstrando que as possibilidades engendradas nos decretos que regulamentam a Educação Profissional pouco foram experimentadas e as políticas públicas nessa área ainda são incipientes, o que pode ser confirmado pela inexistência de um sistema consolidado de formação e certificação profissional que articule o mundo do trabalho e as necessidades formativas dos trabalhadores.

A pesquisa demonstra que a chamada “Certificação de Conformidade” – que estabelece parâmetros para a normatização e certificação de produtos e das competências dos trabalhadores – foi pouco apropriada ou é totalmente desconhecida pelos vários segmentos que discutem e atuam na oferta de qualificação profissional dos trabalhadores, ou seja, não se tornou uma referência no país. Essa constatação releva possibilidades para reverter a lógica excludente preconizada nesse modelo. Mas para tanto, há um enorme desafio a ser enfrentado para que os representantes dos trabalhadores se apropriem desses conhecimentos para balizar as negociações coletivas e as intervenções nas políticas públicas.

Por fim, o artigo intitulado *Mundo do Trabalho no Turismo e Hospitalidade e a Educação Integral dos Trabalhadores*, de Rosana Miyashiro busca, a partir dos dados e análises presentes nos artigos citados, fundamentar a concepção de educação da Escola do Turismo e Hotelaria Canto da Ilha no marco das transformações contemporâneas no mundo do trabalho e dos


discursos hegemônicos acerca do turismo e da qualificação profissional. O panorama regional apresentado pelo DIEESE e pelo IIEP contribuem para analisar a qualificação e certificação profissional sob a ótica do trabalho, especialmente, em relação às políticas públicas para confrontar com os acúmulos teórico-metodológico advindos das experiências educativas da ETHCI/CUT.

Ao abordar sobre as bases da Educação Integral dos Trabalhadores confronta com o novo marco legal no âmbito da Educação e Certificação Profissional elencando as possibilidades e dificuldades de implementação de experiências inovadoras, que compreendem a educação profissional como um direito subjetivo, cuja proposta pedagógica fundamenta-se nos princípios da formação politécnica, unitária e emancipadora dos trabalhadores.

Trata-se de um esforço de contribuir para qualificar o debate, principalmente no meio sindical cutista, sobre qual formação e certificação interessa aos trabalhadores para uma atuação mais consistente nesses campos.

Ressaltamos que torna-se urgente na atualidade a compreensão do movimento sindical do papel estratégico que a formação dos trabalhadores, numa perspectiva crítica, pode ter para sensibilizar os trabalhadores e fortalecer a organização, num contexto claro de hegemonia do Capital. Para isso, é preciso avançar na compreensão rigorosa dos condicionantes da realidade do mundo do trabalho contemporâneo, constituindo-se numa *“arma crítica racional levando em conta toda a força de seu adversário, tanto em termos gerais e teóricos, como nos históricos e práticos”* (Meszáros, 2002) para construir possibilidades concretas para a Classe Trabalhadora sob a utopia da Plena Formação Humana, que exige a superação das relações sociais vigentes.

Rosana Miyashiro – Coordenação Pedagógica
Evaristo Luzardo Dopico – Educador
Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha



UM BREVE PANORAMA SOBRE
O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
NAS PERIFERIAS DO CAPITALISMO

Helton Ricardo Ouriques

UM BREVE PANORAMA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NAS PERIFERIAS DO CAPITALISMO¹

*Helton Ricardo Ouriques*²

O objetivo deste texto é apresentar uma visão panorâmica sobre o desenvolvimento do turismo nas periferias do capitalismo, com ênfase para o caso brasileiro, destacando aspectos relacionados à situação dos trabalhadores ocupados no setor turístico. Registro que a apreciação aqui efetuada pretende pontuar as tendências mais gerais, utilizando exemplos apenas e tão somente como ilustrações dessas tendências, quando for o caso.

Diante das disparidades regionais causadas pelo desigual desenvolvimento capitalista, tanto no espaço quanto ao longo do tempo, em muitas localidades brasileiras o turismo acabou sendo disseminado por poderosos mecanismos ideológicos, notadamente os meios de comunicação. Tal disseminação, inicialmente, é feita tanto pelo meio político quanto pelo meio empresarial. Posteriormente, quando a ideologia do desenvolvimento turístico está arraigada, até mesmo o mais humilde dos cidadãos passa a acreditar que o turismo é uma atividade benéfica, a verdadeira “salvação da lavoura”, a “tábua de salvação” dos naufragados pelas vicissitudes econômicas locais.

Com muita frequência, é apresentada a maneira mais adequada de promoção do desenvolvimento do turismo, posto que a notável expansão desta atividade em escala mundial acaba atraindo lugares da periferia que lidam com problemas relativos ao crescimento. Melhor dizendo, com males relativos à carência desse crescimento! Assistimos assim, nas zonas periféricas, à competição entre regiões e lugares para que sejam receptoras dos grandes projetos e empreendimentos turísticos.

Mas essa prática não seria possível se já não fosse socialmente aceita a crença, tornada verdade, de que o turismo se configura como uma grande fonte de oportunidades de emprego para as populações locais. Ao mesmo tempo, atribui-se ao turismo a capacidade de incrementar as receitas municipais. Tendo, portanto, impacto positivo sobre a distribuição de renda, já que cidades com mais arrecadação de impostos teoricamente tem mais recursos para investir nos meios de consumo coletivo. Por fim, é difundida também a ideia de que o turismo é uma atividade econômica não poluidora, capaz de promover um desenvolvimento ecologicamente sustentável.

Enfim, em linhas gerais, é esse o conjunto de argumentos que sustentam a defesa da atividade turística. Ora, que questões merecem ser destacadas em uma análise crítica sobre o desenvolvimento turístico e que não são tratadas de forma adequada pelo pensamento dominante?

¹ Este texto é uma versão substancialmente modificada e ampliada de artigo publicado pela Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, que inclui uma atualização (dos dados estatísticos) de uma parte de um capítulo do livro publicado por mim em 2005 (Ouriques, 2005).

² Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. Correio: helton@cse.ufsc.br

Em primeiro lugar, é necessário destacar que em regiões periféricas, a introdução da atividade turística tem, inicialmente, um efeito instabilizador, de desestruturação da economia pré-existente. São inúmeros os relatos de processos de decadência e mesmo de desaparecimento das atividades econômicas tradicionais a partir do advento do turismo. Por exemplo, de comunidades litorâneas, que sempre viveram da pesca, que acabam abandonando seu sustento tradicional. Mas não por escolha! De um lado, pela concorrência promovida pela pesca industrial (algo que já aconteceu em várias partes do litoral brasileiro, aliás). De outro lado, pelo processo de aquisição dos terrenos e expulsão dos pescadores e suas famílias da orla marítima, promovido pelas atividades imobiliárias especulativas, ligadas direta ou indiretamente ao turismo, como destacado no artigo de BURSZTYN (2003) sobre o litoral cearense. Situações similares ocorrem com comunidades que vivem próximas a rios e lagos, inclusive. Temos assim uma desestruturação inicial da economia local, aliada a um processo de mudança no uso e ocupação dos melhores espaços à beira dos mares, lagoas e rios³.

Em segundo lugar, uma nova estruturação da economia local aflora, com o surgimento de uma rede hoteleira, de restaurantes etc. Parte dos excluídos pelo processo anterior até encontra ocupação nessas novas atividades econômicas, mas parece que o essencial, isto é, o padrão de vida dessa população, não se altera significativamente. No litoral do Nordeste brasileiro, que há duas décadas vem crescendo de forma espantosa do ponto de vista turístico, por exemplo, os homens e mulheres que agora trabalham na indústria do turismo continuam residindo nos mesmos bairros precários, com as mesmas condições precárias em suas residências. E, principalmente, com níveis salariais muito baixos. Aliás, essa é a tônica geral em toda a periferia do capitalismo: – as atividades do turismo remuneram muito mal. A própria Organização Mundial do Turismo (2001) reconheceu as características básicas da ocupação no turismo: sazonalidade, precariedade, baixos salários. Some-se a isso a informalidade, característica marcante dos mercados de trabalho nas economias periféricas, e teremos um quadro nada agradável a caracterizar o turismo, sob essa ótica. É por essa razão que CASTELLS (1999), ao redigir sua trilogia sobre *a sociedade em rede*, sentenciou o seguinte em relação ao turismo internacional:

...a globalização das atividades econômicas oferece a oportunidade de ganhos substanciais ao se empregarem crianças, obtidos a partir das diferenças entre o custo da mão de obra infantil nos países em desenvolvimento e o preço dos bens e serviços cobrados nos mercados mais abastados. Esse é, claramente, o caso do setor de turismo internacional. Os serviços de luxo dos quais os turistas de uma renda média podem usufruir em muitos “paraísos tropicais” dependem, em grande medida, da superexploração da mão de obra local, inclusive de um número significativo de crianças. (p. 182)

³ Há inúmeros relatos na literatura internacional sobre esse tipo de situações. Para uma compreensão inicial sobre os efeitos (de um ponto de vista crítico) da globalização turística sobre os povos indígenas ver PERA, Lee e McLAREN, Deborah (2001), CHÁVEZ (1999), PLEUMARON (1999) e VARGAS (1999).

Com a clareza que não se vê nos livros e artigos de muitos pesquisadores do turismo, a Organização Mundial de Turismo (OMT) explicitou os mecanismos capitalistas de exploração que regem o setor, ao enumerar as dez principais características do mercado de trabalho turístico mundial:

- elevada porcentagem de trabalhadores em meio período;
- elevada porcentagem de trabalhadores temporários e ocasionais;
- importante presença de mulheres com contratos de meio período em hotelaria e restaurantes, maior do que em outros setores econômicos;
- escasso número de mulheres em cargos de maior responsabilidade;
- presença importante de trabalhadores estrangeiros com contratos de meio período. Nos países em desenvolvimento, os estrangeiros geralmente ocupam os cargos de responsabilidade;
- também na hotelaria e alimentação se observa uma importante presença de jovens com escassa qualificação ou estudantes empregados no setor esporadicamente;
- grande número de trabalhadores clandestinos;
- menor retribuição que em outros setores econômicos;
- maior número de horas semanais trabalhadas para os empregados do setor, com horário e turnos de trabalho especiais;
- grau de sindicalização inferior a outros setores (OMT, 2001:352-3).

Em terceiro lugar, o turismo se inscreve no contexto maior da transformação mercantil de todos os aspectos da vida social. O turismo aparece assim como um veículo da mercantilização de tudo, desde um lugar ao sol até a transformação do folclore em espetáculo programado para os turistas. Afinal de contas, já existem muitos lugares à beira-mar privatizados, nas quais o acesso é exclusivo. Em algumas praias nas periferias do mundo, inclusive, não é sequer permitido o acesso dos “nativos”. Ao mesmo tempo, esses “nativos” são objetos de fotografias quando dançam suas danças típicas, quando praticam seus “rituais bárbaros” ou se vestem de “forma primitiva”, como descrito por CANCLINI (1983), KRIPPENDORF (1989) e TURNER & ASH (1991).

O fato é que, nos países e regiões periféricas, todos os esforços vêm sendo feitos no sentido de implementar o turismo. Depois dos sucessivos fracassos dos processos de modernização, o turismo apareceu, especificamente a partir da década de cinquenta do último século, como a alternativa de desenvolvimento.

É inegável que a introdução do turismo na periferia acabou por gerar várias “ilhas de prosperidade”, criando um circuito privilegiado de consumo e produção. Mas essa prosperidade restringiu-se a poucos. Para os trabalhadores, significou apenas a diminuição e/ou substituição de atividades econômicas tradicionais por outras, direta e indiretamente turísticas, como guias, garçons, cozinheiros, faxineiros, etc. Ao mesmo tempo, as condições estruturais de vida pouco se modificaram, como apontado por TURNER & ASH (1991), BOU-

HDIBA (1981) e SAAL (1987). Isto é, de modo geral os residentes não se beneficiaram e não se beneficiam do “progresso” que o turismo promete.

E mesmo todo o esforço empreendido pelas elites periféricas (isenções, incentivos, doações de terra, etc), durante mais de cinquenta anos, foram incapazes de alterar a estrutura mundial da economia turística. Ao analisarmos os números apresentados pela Organização Mundial do Turismo, que cobrem o período 1990 – 2002 podemos ter uma apreensão mínima sobre como os mecanismos de manutenção da estratificação da economia mundial também se manifestam para o caso do turismo, como evidenciam os fluxos de turistas e receitas cambiais das Tabelas 1 e 2.

TABELA I: FLUXO MUNDIAL DE TURISTAS POR REGIÃO DO MUNDO (EM %)				
Região	1990	1995	2000	2002
Europa	61,53	58,35	57,13	56,27
EUA + Canadá	11,97	10,91	10,27	8,94
México + Am. Central	4,19	4,14	3,64	3,52
Caribe	2,50	2,54	2,50	2,32
América do Sul	1,73	2,12	2,21	1,80
Ásia + Oceania	12,67	15,50	16,77	18,96
África	3,28	3,63	3,99	4,21
Oriente Médio	2,13	2,47	3,49	3,98
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Organização Mundial do Turismo. Elaboração própria

Do ponto de vista da evolução do número de turistas, os dados mostram que, mesmo com uma ligeira queda relativa, a Europa concentra os fluxos mundiais (56,27% em 2002, o que significou quase 390 milhões de turistas), seguida pelos conjuntos Ásia/Oceania, com 18,96% (pouco mais de 131 milhões de turistas) e Estados Unidos/Canadá, com 8,94% (62 milhões de turistas, aproximadamente)⁴. O fato é que os países europeus, os Estados Unidos e o Canadá concentraram, em 2002, 65,21% do fluxo turístico mundial. A tabela também evidencia a evolução do conjunto representado pela Ásia e Oceania, que se deve, principalmente, à notável expansão do turismo na China. Isso pode ter duas razões: de um lado, a abertura política e econômica promovida pelo país no início dos anos noventa, que diminuiu as restrições à presença de estrangeiros; de outro, o câmbio favorável aos turistas.

A situação do conjunto composto pelo México, Caribe e as Américas Central e do Sul, é que pouco se alterou no período. Do ponto de vista do movimento de turistas, embora tenham obtido incrementos absolutos no número de visitantes (de 38,5 milhões em 1990 para

⁴ É importante destacar que a significativa redução de fluxo turístico para o conjunto EUA/Canadá em 2002 deve-se, sem dúvida, aos acontecimentos de 11.09.2001.

53 milhões em 2002), a participação relativa desse conjunto de países teve uma pequena redução, já que era de 8,42% em 1990 e passou a ser de 7,64% em 2002. Do ponto de vista das receitas cambiais, a situação pouco se alterou, porque, em termos relativos, era de 7,56% em 1990 e passou para 8,02% em 2002. O incremento no número de visitantes não foi suficiente para aumentar a participação desse conjunto de países na apropriação das receitas oriundas do turismo mundial.

Por outro lado, o conjunto composto pela África e Oriente Médio apresentou pequenos incrementos relativos tanto no fluxo de visitantes quanto na participação nas receitas cambiais turísticas. Quanto ao primeiro aspecto, a participação passou de 5,41% em 1990 para 8,19% em 2002. Em relação às receitas cambiais, a África teve um insignificante crescimento em sua participação (de 2,03% em 1990 para 2,49% em 2002) e o Oriente Médio passou de 1,74% em 1990 para 2,73% em 2002. De qualquer forma, os números do conjunto citado também são modestos e as condições sociais e econômicas atuais não parecem indicar que essas regiões venham a se tornar dinâmicas na economia mundial em geral e na economia turística, em particular.

A segunda tabela, que trata da receita cambial turística, acaba complementando a primeira. Nela enxerga-se, claramente, que a Europa, os Estados Unidos e o Canadá, juntos, concentravam 73,71% das receitas mundiais em 1990 e passaram para 66,80% em 2002. Já o conjunto composto pela Ásia e pela Oceania apresentou importante desempenho no mesmo período, passando de 14,97% para 19,97% das receitas cambiais. Isso pode ser explicado pela conjugação do processo de desvalorização das moedas locais com o aumento do número de visitantes, o que fez com que entrassem mais dólares nessas economias.

TABELA 2: RECEITA CAMBIAL TURÍSTICA POR REGIÃO DO MUNDO(EM %)

Região	1990	1995	2000	2002
Europa	54,88	52,31	48,53	50,72
Eua + Canadá	18,83	17,74	19,70	16,08
México + Am. Central	2,37	1,93	2,40	2,58
Caribe	3,32	3,19	3,59	3,5
América do Sul	1,87	2,10	2,51	1,93
Ásia + Oceania	14,97	18,47	18,36	19,97
África	2,03	2,03	2,29	2,49
Oriente Médio	1,74	2,23	2,63	2,73
Total	100	100	100	100

Fonte: Organização Mundial do Turismo. Elaboração própria.

Aliás, o fator cambial parece ter sido o principal mecanismo de incremento turístico dos países da periferia ao longo do período. Quando o câmbio é desfavorável (isto é, quando a moeda nacional é valorizada frente ao dólar), o país tende a se tornar emissor líquido de

turistas (isto é, o número de residentes que viajam é superior ao de visitantes). Esse foi o caso do Brasil, por exemplo, que implementou em 1994 uma política monetária de valorização cambial que refletiu no saldo negativo da conta turismo do balanço de pagamentos.

Ora, é necessário assinalar novamente que o desempenho aparentemente impressionante do conjunto Ásia e Oceania foi puxado pela China, que vem tendo significativos índices de crescimento econômico há quase duas décadas. Na verdade, essa é uma evidência de que não é o turismo que, por si só, leva ao desenvolvimento, mas é o desenvolvimento econômico, como processo de expansão geral de uma dada economia (isto é, expansão da indústria, da agricultura, dos serviços...), que proporciona as condições para que o turismo se desenvolva.

Voltando ao tema da concentração das riquezas mundiais no setor turístico, é preciso mencionar que até mesmos autores pró-turismo reconhecem essa situação: “as receitas do turismo contemplam essencialmente o mundo desenvolvido, onde se localizam as principais agências de viagem” (ROBINSON, 1999:22). Isso também já foi ressaltado por CAZES (1996), que destacou a crescente dependência dos países do Sul em relação ao sistema turístico multinacional, através de dois movimentos complementares:

De um lado, no quadro da irreprimível evolução mundial em vista da liberalização e da privatização, que só poderia atingir também o turismo, por um processo geral e acelerado de desengajamento do Estado que, em numerosos países do Sul, retrocede ao setor privado: companhias aéreas e outros transportes, hotéis e resorts, cassinos, centros de convenção, marinas, complexos turísticos, mesmo centrais de aprovisionamento, agências e escritórios de turismo, escolas de formação profissional...

Por outro lado, e simultaneamente, a constituição ou reforço de uma rede turística transnacional de algumas firmas mundiais levadas, segundo as oportunidades, nas operações de controle vertical (transporte-produção e distribuição de viagens, hospedagem turística, etc; ilustrada na França por *Nouvelles-Frontières*, na Alemanha pelo primeiro operador do mundo, TUI) ou do desenvolvimento horizontal (como a constituição de megagrupos hoteleiros (...)). Como nos outros setores econômicos, as modalidades de intervenção destas firmas multinacionais nos países do Sul modificaram-se; suas implicações e seus investimentos diretos deixaram lugar a formas mais sutis, menos onerosas, sem ser menos constrangedoras: *franchisings* hoteleiros e comerciais, aportes tecnológicos e profissionais diversos. (p. 82)

Particularmente o primeiro movimento, de privatização e desregulamentação, aparece em publicação recente da Organização Mundial do Turismo (OMT) como crucial para o “desenvolvimento” do turismo na periferia. A OMT está defendendo abertamente os princípios da Organização Mundial do Comércio, que apregoa a abertura total das economias nacionais, especificamente para as atividades de serviços, que contemplam o setor turismo. Abertura esta traduzida na eliminação de restrições à entrada de capitais estrangeiros, controle de recursos naturais e acesso ao crédito e às isenções locais.

Em outras palavras, a OMT prescreve para o turismo a mesma receita genérica de abertura total e indiscriminada de mercados, relativa a outros setores da economia, que significa a capitulação final das políticas nacionais de desenvolvimento da periferia, substituídas pela dominação pura e simples dos grandes grupos industriais e financeiros internacionais.

Contrariando os mitos ideologicamente estabelecidos, queremos afirmar aqui que, na periferia do capitalismo, o turismo não se constitui em “motor do desenvolvimento”. Por isso concordamos com ARCHER & COOPER (2001) que afirmaram: “nos casos mais extremos o turismo internacional impôs aos países emergentes uma forma de desenvolvimento de tipo neocolonial. Esse neocolonialismo retira poder dos níveis local e regional e o concentra nas mãos das companhias multinacionais” (p. 91).

E mesmo o aporte de divisas estrangeiras àqueles países pequenos que tem no turismo sua principal atividade econômica, acaba não beneficiando a maioria de suas populações. É isso o que também diz CAZES (1996):

...muitos países frágeis e pouco diversificados economicamente devem importar o essencial dos equipamentos e dos produtos exigidos pelos visitantes estrangeiros... Um cálculo minucioso das contas exteriores do turismo, levando em consideração o conjunto das entradas e das saídas financeiras produzidas pela recepção do turismo internacional, conduz o mais frequentemente, a confirmar o pensamento pessimista de François Ascher: **não é o turismo que permite o desenvolvimento, mas é o desenvolvimento geral de um país que torna o turismo rentável** (grifos nossos) (p. 80).

Quando analisamos o que acontece em vários locais do planeta, onde as canalizações de água e esgoto que servem a hotéis luxuosos passam por bairros pobres sem ser a elas ligadas; onde a eletricidade que ilumina e aquece o banho dos turistas não chega até as comunidades locais; onde o asfalto que passa pelos roteiros turísticos contrasta com as ruelas esburacadas e enlameadas dos bairros pobres, muitas vezes a poucos metros da modernidade automobilística, concluímos que a especificidade do desenvolvimento pelo turismo, para a imensa maioria dos habitantes do mundo periférico, não passa de uma ilusão.

Ao mesmo tempo, parece claro que o turismo está mudando a geografia do mundo, inserindo nos circuitos econômicos globais localidades, regiões e países da periferia capitalista. A questão que se coloca, nesse sentido, relaciona-se com as potencialidades do turismo em transformar a história de subdesenvolvimentos em uma inserção ativa, dinâmica, que modifique essas economias no sentido de promover um desenvolvimento endógeno, capaz de diminuir os males oriundos do atraso econômico.

Ora, o turismo não é por si só, mais indutor do desenvolvimento do que as atividades agrícolas ou industriais. E tem se mostrado incapaz de reduzir a enorme distância que separa o centro da periferia. Passados mais de cinquenta anos de distintos projetos de

desenvolvimento turístico nos países e regiões periféricas, alguém poderia afirmar que o Egito, a região do Caribe ou as Ilhas Maldivas, para ficar somente nesses exemplos, saíram da condição periférica?

Também é evidente que o turismo é um veículo da modernização capitalista. Talvez seja essa sua principal função na globalização contemporânea: introduzir as relações sociais especificamente capitalistas, subordinando e mesmo extinguindo, muitas vezes, as formas sociais arcaicas, tradicionais. A jornalista Naomi KLEIN (2005), ao discutir a relação entre o *Tsunami* e o capitalismo, diretamente tocou no assunto, quando comentou:

Ahora el Banco Mundial esta usando el tsunami del 26 de diciembre para empujar sus políticas cortantes. Los países mas devastados que casi no ha visto alivio de su deuda y la mayor parte de la ayuda de emergencia del Banco Mundial há ido en forma de prestamos, no a fondo perdido. Mas que enfatizar la necesidad de ayudar a las pequeñas comunidades pesqueras - mas de 80% de las víctimas de las olas - el banco esta empujando la expansión del setor turístico y granjas piscícolas industriales. Para las infraestructuras públicas dañadas, como carreteras y colegios, los documentos del banco reconocen que reconstruirlos "podría pensionar las finanzas públicas" y sugiere que los gobiernos consideren las privatizaciones (si, solo tienen una idea). "Para ciertas inversiones", según se dicen en el plan de respuesta al tsunami del banco, "podría ser apropiado utilizar financiación privada" (p.3-4).

De acordo com a jornalista citada, a Secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, provocou uma pequena controvérsia quando descreveu o *Tsunami* como "*uma maravilhosíssima oportunidade que ha pagado grandes dividendos para nosotros*" (idem). Qual o sentido dessa declaração? É que o desastre natural literalmente varreu das zonas costeiras populações inteiras, facilitando a acumulação de capital turístico. Por isso, diz a autora, citando uma entidade ligada à reconstrução local da Tailândia (*Thailand Tsunami Survivors and Supporters*), "*para los políticos negociantes, el tsunami era la respuesta a sus oraciones, ya que literalmente barrió estas áreas costeras de las comunidades que habían previamente paralizado sus planes turísticos, hoteles, casinos y sus granjas de gambas. Para ellos, todo esta área costera era ahora tierra abierta!*" (idem). Assim, enquanto os povos pescadores estão sendo forçados a viver no interior, nas barracas de estilo militar, "*los gobiernos, las corporaciones y los donantes extranjeros se están agrupando para reconstruirla como a ellos les gustaria que fuera: playas como campos de juegos para turistas, los oceanos como minas de agua para flotas pesqueras corporativas, servidos por aeropuertos privatizados y carreteras construídas com el dinero prestado*" (idem). Trata-se, nesse caso, do aproveitamento de uma oportunidade oriunda por um desastre natural para instituir rapidamente a lógica das relações capitalistas, alterando a forma de propriedade e levando a parte da população que voltará à costa litorânea modificada a inserir-se nas relações assalariadas de trabalho. Essa se constitui uma forma acelerada da modernização turística, em suma.

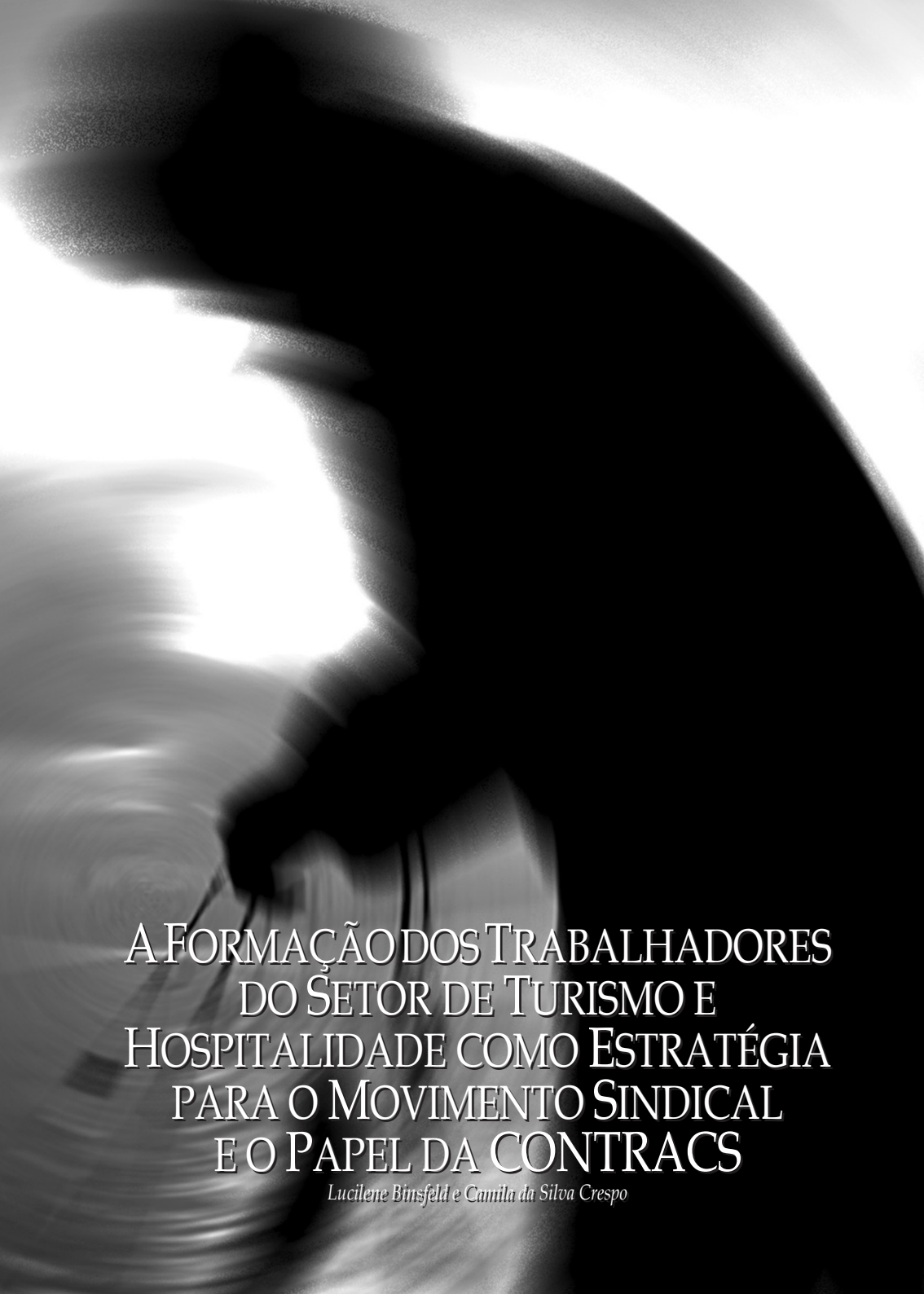
O fato é que se trata de um poderoso agente de transformações sociais e espaciais. Menciona-se isso porque as atividades ligadas ao turismo são “consumidoras” de espaço, através da criação das infra-estruturas hoteleiras, de alimentação, de comércio e de especulação imobiliária (refiro-me aos grandes prédios que surgem na paisagem das orlas marítimas) e mesmo das infra-estruturas públicas, como rodovias pavimentadas. É por isso que, para retomar as afirmações feitas no início desse texto, o turismo desponta nas regiões periféricas como a mais recente promessa de desenvolvimento, e em alguns discursos (inclusive acadêmicos), aliás, como a única chance de se alcançar o tão almejado desenvolvimento.

Ora, pensar que uma nação possa realmente galgar melhorias econômicas e sociais somente com a preponderância de atividades servis – que caracterizam a economia turística – é desejar muito pouco para o futuro. Mesmo porque os principais centros turísticos do mundo, que não por acaso são os países centrais, só alcançaram esse estágio por conta da diversidade de atividades econômicas, notadamente as industriais. Limitar-se à venda das paisagens ou da beleza plástica do povo é condenar esse povo a existir como “museu vivo” do turismo internacional. É continuar reproduzindo o colonialismo através da existência dos habitantes locais exclusivamente como servidores do turismo, como fontes de deleite sexual (o turismo sexual) ou como seres exóticos que existem como temas de fotografias e filmagens.

Referências Bibliográficas

- ARCHER, B. e COOPER, C. Os impactos positivos e negativos do turismo. In: THEOBALD, W.F. (org.), Turismo global. São Paulo, SENAC, 2001.
- BOUHDIRA, A. Turismo de massa e tradições culturais. O correio da Unesco. Rio de Janeiro, ano 9, n. 4, p. 4-8, abril de 1981.
- BURSZIYN, Ivan. Especulação imobiliária no litoral cearense. Instituto Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, Caderno Virtual de Turismo, n. 7, junho de 2003, 12 folhas. Disponível em www.ivt-rj.net. Acesso em 10.06.2003.
- CANCLINI, Nestor G. As culturas populares no capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 1983, 149 p.
- CASTELLS, Manuel. Fim de milênio. São Paulo, Paz e Terra, 1999. (Terceiro Volume da trilogia “A era da informação: economia, sociedade e cultura”).
- CAZES, Georges. Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo, Hucitec, 1999.
- CHÁVEZ, Raymond. Globalización y turismo: mezcla mortal para los pueblos indígenas. Revista del Sur, Montevideo, n. 91, maio de 1999, 5 f. Disponível em www.revistadelsur.org.uy. Acesso em 24.03.2003.
- KLEIN, Naomi. El auge del capitalismo del desastre. In: www.rebelion.org, 05.05.2005, acesso em 21.05.2005.
- KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do turismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989, 235 p.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Introdução ao turismo. São Paulo, Rocca, 2001, 385 p.
- OURIQUES, Helton R. A produção do turismo: fetichismo e dependência. Campinas, Alínea, 2005, 160 p.
- _____. O desenvolvimento do turismo nas periferias do capitalismo. In: Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, número 61, junho de 2006, 5 páginas. Disponível na página < www.espacoacademico.com.br >.
- PERA, Lee e McLAREN, Deborah. Globalización, turismo y pueblos indígenas: lo que debemos saber acerca de la “industria” más grande del mundo. Turismovisión. Informativo de Tourism Watch, n. 6, outubro de 2001, 6 f. Disponível em www.tourism-watch.org/esp. Acesso em 11.09.2003.
- PLEUMARON, Anita. Turismo, globalización y desarrollo sustentable. Revista del Sur. Montevideo, n. 91, maio de 1999, 9 f. Disponível em www.revistadelsur.org.uy. Acesso em 24.03.2003.
- ROBINSON, M. Por um turismo consensual. In: Turismo e cultura. Um casamento por conveniência. O Correio da Unesco, Brasília, set./out. 1999, p. 22-23.
- SAAL, U. “...Cuando los turistas llegaron...”. Desarrollo y Cooperación. Bonn, Fundación Alemana para el Desarrollo Internacional, n. 2, 1987, p. 8-11.
- TURNER, L. e ASH, G. La horda dorada. Madrid, Ediciones Endymion, 1991.
- VARGAS, Rosa. En el outro Cancun, suicidios y pobreza para descendientes mayas. La Jornada, México, 10.09.2003. Disponível em www.lajornada.mx. Acesso em 12.09.2003





A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES
DO SETOR DE TURISMO E
HOSPITALIDADE COMO ESTRATÉGIA
PARA O MOVIMENTO SINDICAL
E O PAPEL DA CONTRACS

Lucilene Binsfeld e Camila da Silva Crespo

A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SETOR DE TURISMO E HOSPITALIDADE COMO ESTRATÉGIA PARA O MOVIMENTO SINDICAL E O PAPEL DA CONTRACS

Lucilene Binsfeld¹ e Camila da Silva Crespo²

Introdução

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da Central Única dos Trabalhadores - CONTRACS/CUT, revela através de sua história, uma trajetória de lutas e muita persistência para avançar na conquista da qualidade de vida e dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras do ramo de comércio e serviços, a partir da luta pela ampliação de direitos.

Como representante do movimento sindical Cutista no setor de turismo e hospitalidade, a CONTRACS ao levantar suas bandeiras, luta por uma vida melhor para os trabalhadores e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

No atual cenário brasileiro com a desarticulação e reestruturação de setores e atividades de várias cadeias produtivas - que têm como resultado uma maior heterogeneidade da base econômica, e com a modernização de empresas, fechamento e desnacionalização de outras-, ampliam-se os desafios para a organização da classe trabalhadora na luta pela manutenção dos direitos conquistados e ampliação de novas conquistas.

Dessa forma, consciente da necessidade do aprofundamento do processo de disputa de hegemonia na sociedade frente as mudanças no mundo do trabalho e do crescimento do setor na economia, a CONTRACS/CUT tem como estratégia sindical a qualificação sócio-profissional dos trabalhadores preconizada pela Central Única dos Trabalhadores, na perspectiva de fortalecer as relações do sindicato junto aos trabalhadores, intensificando as lutas e mobilizações frente à necessidade de ampliação da nossa base de representação. Essa estratégia sindical acompanha o movimento sindical brasileiro e internacional desde o século passado.

A questão da formação dos trabalhadores

A história da formação do trabalhador no capitalismo é a história de sua desqualificação, fato esse apontado por Marx e que permanece encoberto nas obras de economistas contemporâneos, cujo discurso é o da qualificação como resultado do desenvolvimento do capitalismo. Para Marx, o modo de produção capitalista é caracterizado, entre outros aspectos, pela exploração do trabalho humano e pela sua alienação.

¹ Lucilene Binsfeld é pedagoga pela Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC e, atualmente, é presidenta da CONTRACS/CUT.

² Camila da Silva Crespo é pedagoga especialista em Projetos de Pesquisas em Educação e Linguagem pela PUC-SP e atua como assessora na CONTRACS – CUT.

O primeiro passo no processo de desqualificação veio com a divisão manufatureira do trabalho, não para o conjunto de trabalhadores, dada a forte hierarquia no trabalho típica da manufatura, mas para aqueles que Marx definiu “como especialidade a ausência de qualquer formação”. A natureza desqualificante do trabalho parcial manufatureiro teve em FERGUSON (1983) um comentador privilegiado:

A ignorância é a mãe da indústria, como da superstição. A reflexão e a imaginação estão sujeitas ao erro, mas o hábito de movimentar o pé ou a mão não depende nem de uma nem da outra. As manufaturas prosperam, portanto onde mais se dispensa o espírito, de modo que a oficina pode ser considerada como uma máquina cujas partes são seres humanos. (p. 284)

O processo de desqualificação se generaliza com a introdução da maquinaria, pois os resquícios de qualificação artesanal presente nos “artífices” da manufatura são radicalmente eliminados. Todo o trabalho vivo imediatamente aplicado à produção passa a se constituir de trabalho desqualificado, também no sentido mais radical, pois a máquina, por sua natureza, toma para si a atividade de transformar a matéria-prima em produto, deixando ao trabalho vivo uma mera função de vigilância e proteção – de apêndice da máquina.

É traço marcante da abordagem marxista o fato de que a desqualificação do trabalho apresenta importante desdobramento em termos de amplificação do controle do trabalho pelo capital.

O processo de ajustamento das bases técnicas às necessidades da forma social capitalista, ou, segundo NAPOLEONI (1976, p.92), o processo de adequação da forma técnica da produção à forma econômica, significa, em uma palavra, colocar o processo de trabalho sob o domínio do capital, pois “o capital precisa criar o processo de trabalho capitalista. Ele necessita ter poder no verdadeiro coração da produção de forma a conseguir uma sólida base material para seu objetivo dominante: a valorização no comando!” Os traços fundamentais desse ajustamento, desse domínio do capital sobre o processo de trabalho, conquistado finalmente através da incorporação da máquina, seriam portanto a desqualificação do trabalho e seu corolário, a alienação do homem trabalhador. A evolução dos processos de trabalho encetada pelo capitalismo levaria, conseqüentemente, a uma homogeneização do trabalho simples, ou seja, do trabalho desprovido de conteúdo, aquele que permitiu a Marx a ilustração histórica do conceito fundamental de *trabalho abstrato*, que não está compreendido na materialidade, pois sua forma é puramente uma construção social da economia Mercantil Capitalista.

Em uma breve retrospectiva histórica, podemos verificar que num país como a França, até 1914, o problema da formação operária ocupava um lugar relativamente secundário na vida sindical. A partir de 1919 nos congressos promovidos pelas centrais sindicais (CGT – Confédération Générale du Travail – e CFDT – Confédération Française des Travailleurs Chrétiens) o problema da formação põe-se principalmente nos relatórios apresentados

pelos militantes. Surgem as “sessões confederais de estudos e práticas sindicais” e as escolas normais operárias – em duas ou três regiões de Lyon e Paris. Em 1932, a CGT cria o Centro Confederal de Educação Operária que dá origem a um Instituto Superior Operário, em Paris, e aos Colégios do Trabalho noutras regiões.

Entre 1948 e 1950, cada central sindical, coincidentemente, está preocupada com a instalação e normalização das suas estruturas educativas. Disto decorre, como afirma DAVID (1993), “o fato de cada central sindical valorizar os problemas da formação pelo estudo, considerada como uma das duas ou três condições fundamentais para a existência de um sindicalismo forte.”

Em 1956 foram criados os Institutos Universitários do Trabalho e entre 1960 e 1961.

o movimento operário, ao mesmo tempo em que acentua o seu esforço de educação dos militantes, situa-se de maneira cada vez mais clara dentro de uma perspectiva cultural alargada. [...] Em resumo, as organizações sindicais estão de acordo em estar presentes nas instâncias que contribuem para a realização da política de desenvolvimento cultural. (p.292-293)

Ao afirmar a idéia da formação permanente, o movimento sindical teve um papel importante, pois segundo MARX (1987):

A educação é passo importante na formação da consciência, ela contribui na elevação do grau de consciência político social do sujeito. Porém, mesmo o homem instrumentalizado de consciência revolucionária não deixará de ser alienado sem reunir esforços junto a outros homens para a organização, articulação e resistência a favor da construção de um modelo de produção e de um mundo comunistas na abolição da propriedade privada. (p. 176-177)

Neste período, a formação para o trabalhador se torna um tema central para o movimento sindical.

Ao pesquisarmos, o perfil dos trabalhadores de hotelaria, turismo e comércio da Região Metropolitana de Florianópolis, constatamos que os resultados nos colocam em diálogo com as estratégias da nossa Confederação: *CONTRACS: trabalho e vida decente, um direito de todos e todas*³ e com a contribuição das experiências de educação integral forjada pela CUT, *que forma para a vida, para o mundo do trabalho e intervenção crítica na sociedade*.

Os dados dessa pesquisa realizada pelo DIEESE nos chamam atenção no que diz respeito à faixa etária, onde verificamos que mais da metade da mão de obra formal no setor tinha até 39 anos de idade, em contrapartida a esses dados, a escolaridade desta população até 39 anos de idade nos meios de hospedagem era: 36% dos trabalhadores formais com 2º grau completo, e 24% dos trabalhadores formais com 8º série completa.

³ Esse foi o tema central do 7º Congresso Nacional da Contracs/CUT, realizado em novembro de 2008.

Diante dessa realidade, podemos constatar a necessidade da qualificação sócio-profissional aos trabalhadores. Assim os Sindicatos de trabalhadores devem aprofundar as discussões e propor a qualificação social e profissional para que a mesma não seja efetuada somente pelo setor patronal, que tem apenas adequado a qualificação às suas necessidades, sem que isso signifique melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Já o Governo Federal tem apontado que:

Em consonância com as discussões internacionais no âmbito da OIT, entende-se a Qualificação Social e Profissional como direito e condição indispensável para a garantia do trabalho decente para homens e mulheres. Define-se Qualificação Social e Profissional como aquela que permite a inserção e atuação cidadão no mundo do trabalho, como efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas. (BRASIL, 2003 : 24)

Nunca esteve tão claro que há disputa de projetos na sociedade e no Estado e que as conquistas da classe trabalhadora só serão alcançadas através de lutas políticas estabelecidas no país. A qualificação profissional dos trabalhadores se torna um debate central, pois é um espaço que o movimento sindical - através de suas experiências já concretizadas, pode desenvolver em parcerias com as escolas da CUT - pode intervir no debate e nas políticas públicas sobre a concepção existente de escola e de educação.

O turismo em Florianópolis

O Turismo no Brasil vem crescendo a cada dia. No Sul do país, em Santa Catarina, chega a um público de 195.882 na área de Turismo e hospitalidade, abrangendo setor de bebidas e o comércio e, conseqüentemente, tem aumentado os postos de trabalho. Os estabelecimentos cresceram e a procura por mão de obra qualificada é constante.

O contingente de turistas no estado se amplia a cada ano e, entre 1986 e 2006 o número de visitantes triplicou, passando de 199.500 em 1986, para o 588.759 no ano de 2006.

Outro dado importante refere-se ao crescimento populacional na região metropolitana de Florianópolis, sendo em 1986, de 131.790 habitantes e em 2006 de 487.960, significando um aumento de mais de 300% em 10 anos. Devemos considerar que no Brasil, no mesmo período, a população cresceu 58%.

No caso de Florianópolis, a atividade turística expande-se significativamente a partir da década de 80, determinando profundas alterações espaciais na estrutura econômica do município. Isso porque os interesses do capital foram se direcionando para a orla marítima, isto é, locais onde até havia relativa estagnação econômica e o predomínio de comunidades pesqueiras e artesanais.

Certamente o Estado teve destacado papel no desenrolar desse processo. Afinal, com a implantação de melhorias na infra-estrutura a partir dos anos 70, como a pavimentação

asfáltica dos acessos às praias foram dados os primeiros e decisivos passos para as mudanças que se desenrolariam com mais velocidade na década subsequente.

É a partir desta base que vai despontar um elemento decisivo para as novas configurações paisagísticas da orla marítima de Florianópolis: a mercantilização da terra.

A predominância do valor de troca sobre o valor de uso implicou um acentuado “boom” imobiliário. A verticalização, praticamente inexistente nas praias do município, expandiu-se a olhos vistos durante a década de oitenta. No Balneário de Ingleses (situado ao Norte da Ilha), por exemplo, o crescimento da verticalização teve uma média anual - entre 1980 e 1990 - 7,5 vezes superior ao crescimento da horizontalização (OURIQUES, 1998, p. 63).

Semelhante situação ocorreu também em outros locais do município. Em Canasvieiras, onde inicialmente as construções tinham, em sua maior parte, o caráter de residências de veraneio das famílias do centro urbano de Florianópolis, que era comum nos balneários da Ilha, desenvolveram-se as práticas dos aluguéis e das vendas de terrenos e residências, juntamente com os negócios da hotelaria.

Neste local, a vila de pescadores mudou rapidamente de cenário. Até mesmo a Barra da Lagoa (situada a Leste da Ilha), um dos espaços característicos do modo de viver açoriano - baseado na pesca, na pequena produção agrícola e no artesanato - não ficou imune a esse processo.

Sinteticamente, a incidência da elevação do preço da terra ocorre quase que simultaneamente à decadência das atividades econômicas tradicionais, implicando, via de regra, a transferência da posse da terra e a expulsão das áreas de marinha de muitas famílias de agricultores e pescadores, em benefício das classes mais abastadas de Florianópolis e de outros lugares.

O Trabalho na região fica difícil para os moradores. Os apelos em defesa do turismo geralmente gravitam na tese de ser esta a principal fonte de emprego e renda para a cidade, em virtude da baixíssima participação histórica do setor industrial na região. Assim, em uma cidade eminentemente administrativa e comercial como Florianópolis, investir no turismo seria a única alternativa para os habitantes conseguirem obter postos de trabalho. Tal tese associa-se a uma suposta “vocação natural” para as atividades de lazer, determinada pela privilegiada base natural da Ilha de Santa Catarina. Por isso, todos os esforços são direcionados para a promo o do turismo.

Contudo, esse argumento deve ser visto com cuidado, diante das mudanças em curso na economia mundial e o processo global de precariza o e flexibiliza o nas rela oes de trabalho durante as duas últimas décadas.

Particularmente com rela o   economia de Florianópolis, as atividades diretamente ligadas ao turismo não são significativas do ponto de vista do emprego formal, pois ocupam um percentual pequeno de trabalhadores no município, pois a popula o em 2006

era de 487.960 e o número de trabalhadores no setor no mesmo período é de 20.874, ou seja representando 4,3% de força de trabalho formal na região.

Na verdade, a expansão dos postos de trabalho no turismo tem que ser explicada pela informalidade, determinante da maior parte das ocupações nesta atividade. Tal situação é expressiva nos balneários florianopolitanos, nos quais as pessoas ocupadas geralmente são sem qualquer registro formal. Não se pode deixar de mencionar que a informalidade, possui ainda um forte caráter de interesse do patronal e acaba sendo aceita pelos trabalhadores por não ter outra alternativa.

Outro dado importante se refere a remuneração obtida pelos trabalhadores no setor, a qual evidencia uma realidade nada agradável: o setor turístico paga salários muito baixos, em relação a outros setores e à economia como um todo.

São muito baixos salários pagos pelo setor. No último ano de 2006, o salário médio dos ocupados nos estabelecimentos hoteleiros e similares correspondeu a R\$ 655,00; nos Alimentos e bebidas R\$ 526,00; no Comércio foi de R\$ 599,00 e no Lazer e entretenimento foi a maior remuneração R\$ 778,00.

Além disso, quando se afirma que o turismo gera empregos, que é o “grande” setor do município, não são enfocados, pelos “idealizadores do turismo”, os tipos de ocupações de que se trata. Isto é, não se discutem as realidades das relações de trabalho. O que se pode observar é que os empregos não têm nada de atraente, que as condições de trabalho são precarizadas, com longas jornadas de trabalho. Essa situação geral apenas reflete, em Florianópolis, uma faceta do que se pode denominar “mundo do trabalho”.

A negociação coletiva e a qualificação profissional

As informações acima reafirmam a necessidade do envolvimento do movimento sindical cutista na discussão de qual qualificação será oferecida aos trabalhadores. Se esta qualificação irá responder às necessidades somente dos empregadores para a obtenção do lucro e maior produtividade, ou poderá ser uma formação emancipadora dos trabalhadores, de forma a contribuir para a sua inserção no mercado de trabalho, com a consciência do seu papel na sociedade e na história.

Como afirma FIDALGO (2005), para os empresários, a qualificação representa, centralmente, a possibilidade de melhorar as condições gerais de uso da mão-de-obra, individualizando a referência do desenvolvimento dos trabalhadores em termos de formação e de trabalho e provocando uma maior mobilidade no interior das empresas.

Conhecer melhor a realidade desses trabalhadores do setor de turismo e hospitalidade dá-nos a condição de intervir de maneira crítica e qualificada para mudar a dura realidade enfrentada pelos trabalhadores. Os dados de permanência no emprego identificam que os trabalhadores, em sua grande maioria, ficam até um ano no emprego. Ou seja, é uma consequência da existência de alta rotatividade no setor que dificulta o trabalho sindical.

Estas são questões urgentes que envolvem, na expansão das grandes redes hoteleiras, a informalidade, a precarização das relações e condições de trabalho e as demandas de qualificação profissional. Cada vez mais as entidades sindicais percebem a necessidade de intervir diretamente na temática do emprego e da qualificação profissional. O desemprego, junto com a segurança/violência, são as maiores preocupações da população brasileira, evidenciadas em diversas pesquisas de opinião realizadas por diferentes institutos, colocando essas questões em primeiro lugar na ordem das prioridades da ação sindical.

Na década de 90, do século XX, ocorreram mudanças importantes em alguns aspectos da relação capital/trabalho no Brasil. O Plano Real - política de controle inflacionário - trouxe novos temas para a agenda sindical. A prioridade quase que absoluta dada à manutenção do poder aquisitivo dos salários - numa situação de altas taxas de inflação, que o país viveu por mais de quinze anos - foi sendo relativizada na medida em que a inflação anual caía para menos de um dígito. Salários diretos e indiretos e as formas de remuneração continuam tendo importância primeira na ação sindical. Contudo, outras prioridades passam a compor a agenda sindical aumentando o leque de questões passíveis de negociação, entre elas, ainda que de forma incipiente, porém crescendo a cada dia, está a formação profissional. Em especial o encaminhamento de questões relacionadas ao processo de treinamento e qualificação dos trabalhadores, no contexto de mudanças na organização da produção e gestão do trabalho.

O Brasil se diferencia de outros países onde esses processos se mostram mais maduros, seja em função de momentos diferenciados de partida ou mesmo da velocidade das transformações estruturais na economia, seja pela tradição dos sindicatos no debate e na ação relativa aos projetos dos sistemas produtivos. Nesse sentido, pode-se citar a Alemanha, a Itália, a Espanha e os países nórdicos entre outros, onde acordos coletivos promovendo a requalificação profissional negociada acompanham a reestruturação produtiva desde os anos 70. Mais recentemente, novas instituições formativas têm sido criadas com a participação do movimento sindical. Mesmo nos Estados Unidos existem diversas iniciativas conjugando esforços de sindicatos e empresas relativas à formação profissional.

No caso brasileiro, o envolvimento do movimento sindical com as questões da qualificação profissional é retomado relativamente há pouco tempo. Entretanto, em diversos momentos históricos, os trabalhadores demonstraram interesse através de intervenções sindicais específicas, focalizando especialmente a relação entre processo de trabalho e as características fundamentais das profissões.

As primeiras pautas formais de reivindicação sobre o tema surgem no Brasil no início dos anos 80, geralmente apresentando a necessidade de requalificação profissional para os trabalhadores afetados pelos processos de automação e inovação organizacional. Verificam-se estudos do DIEESE referentes às inovações tecnológicas, bem como realização de eventos, pesquisas, cursos e seminários com foco central no tema da qualificação.

Entretanto, é reduzido o número de negociações formais e efetivas e, especialmente, de negociações antecipadas em relação à introdução de inovações tecnológicas. Este cenário continua sendo o predominante, mesmo no período mais recente. Porém, embora em número pequeno frente às cláusulas mais frequentes nos anos 80 (reajuste salarial, principalmente), a qualificação profissional se destaca entre os chamados novos temas que vêm sendo negociados pelos sindicatos brasileiros. É provável também que haja um número razoável de negociações informais, cuja dificuldade de registro é muito grande.

A partir dos anos 90, em pesquisa realizada pelo DIEESE, conseguimos verificar um crescente número de cláusulas relativas à qualificação profissional, entretanto, são cláusulas apenas que garantem o direito a qualificação. A passagem da negociação de cláusulas exclusivamente sobre o direito à qualificação, para aquelas que contemplam a influência sindical sobre as concepções dos programas formativos, surge como uma tendência possível.

A ampliação da agenda sindical sobre a qualificação profissional é uma demonstração da recuperação da importância do tema para os trabalhadores. Pressionados pelas mudanças no processo de trabalho e pelo desemprego, os trabalhadores exigem com mais ênfase o direito à educação universal.

Surgem experiências importantes, desenvolvidas por entidades sindicais Cutistas, como a CONTRACS com o projeto “Integração” no período do PLANFOR, e o PROESQ – Projeto especial de Qualificação, criado a partir do Plano Nacional de Qualificação – PNQ no atual Governo Lula. Outras experiências importantes foram desenvolvidas, como pela CNM – Confederação Nacional dos Metalúrgicos, o projeto INTEGRAR.

O PROESQ em especial, tem como um dos seus princípios inserir em novas bases o debate e as conduções das políticas de qualificação nos diversos âmbitos de organização da sociedade e das políticas públicas.

Essas experiências colocam o movimento sindical e a sociedade civil em debate sobre um tema de interesse comum – os trabalhadores querem qualificar-se e o movimento sindical têm um papel importante sobre como esta qualificação será ofertada.

Assim, a qualificação profissional é estratégica para o movimento sindical, mas ela deve ser uma qualificação que supere a visão restrita de formar para responder às necessidades da produção sob a ótica do lucro. A qualificação concebida pela CUT e suas estruturas, compreende o homem como ser integral, cujas relações são objeto de reflexão crítica, visando à libertação da opressão e das condições de exclusão social.

Considerações finais

A necessidade de mudanças no processo de produção e na organização do trabalho traz para o empresariado uma demanda crescente na qualificação dos trabalhadores. Desenvolvimento social e crescimento econômico como desafios do poder público, trazem para os governos outro desafio, o de enfrentar o problema da geração de emprego e renda.

Nesse contexto, a educação é um diferencial estratégico para o sucesso de ações eficazes nessa perspectiva.

Crescem na sociedade atual, marcada por uma diferenciação cada vez mais acentuada e complexa, novas formas de organização, de representação de interesses e de manifestação. Surgem diferentes estratégias de ação, como por exemplo, aquelas de dois novos atores, os consumidores e os excluídos, com formas específicas de expressão social. Em cada uma das representações, antigas ou novas, a educação aparece, embora com diferentes matizes. Também aumentam as possibilidades de intervenção de atores sociais em diferentes espaços institucionais multi, tri ou bipartites. Desde a esfera municipal até a federal, esses espaços se caracterizam por serem não só novos, muitas vezes, contraditórios, diante de uma agenda que estabelece múltiplas relações e possibilita diferentes resultados. Propostas e escolhas são os elementos que dominam esses espaços.

Assim, algumas experiências tratam de discutir e deliberar sobre políticas a serem desenvolvidas e ações a serem realizadas. Outras chegam à etapa de implantação, materializadas em diferentes formas de gestão de projetos e programas. Por este motivo a participação institucional implica um pressuposto importante, a capacidade de formular propostas coerentes com os interesses da sociedade e também, no caso do movimento sindical, com os dos trabalhadores.

A Política Nacional de Formação da CUT, referencial da CONTRACS e da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha, com o pressuposto citado acima, tem o papel de combater radicalmente propostas educacionais focadas unicamente na formação para o mercado e produtividade. A qualificação dos trabalhadores do setor, além de beneficiar o desenvolvimento econômico e propiciar atendimento e serviços de qualidade aos usuários, é um direito a ser garantido. Além disso, é direito de todos os trabalhadores e trabalhadoras o acesso e permanência, na escola pública e de qualidade, em todos os níveis de ensino.

A formação integral do trabalhador tem uma estratégia mais ampla de formular propostas alternativas de Educação profissional relacionadas ao modelo de desenvolvimento local/regional; as políticas públicas de Trabalho e Educação e busca contribuir para a defesa dos direitos dos trabalhadores, a partir do forjar outro modelo de desenvolvimento, com a construção de alternativas solidárias e sustentáveis de trabalho e renda na perspectiva da inclusão de amplos setores sociais marginalizados dos processos produtivos.

Para garantir essa qualificação profissional a todos os trabalhadores e trabalhadoras, é fundamental o papel do sindicato em suas negociações coletivas. A negociação coletiva constitui-se num importante instrumento para a garantia desse direito e também a metodologia do mesmo.

Em análise nas convenções coletivas, existem poucas cláusulas dirigidas a temas tão centrais como igualdade nas oportunidades de qualificação e treinamento; existem poucas experiências de promoção, por meio da negociação coletiva, de planos de igual-

dade de oportunidades que incorporem metas e indicadores concretos e que possam ser monitorados.

A realização deste projeto, através do Ministério do Turismo, contribuiu para identificar a realidade dos trabalhadores nas regiões pesquisadas, com dados importantes que propiciarão a construção de uma ação sindical mais efetiva na luta contra a precarização do trabalho e na busca pela qualificação profissional na ótica do trabalho.

Entretanto, vale ressaltar que na região metropolitana de Florianópolis não há sindicato do ramo de hotelaria e turismo filiado a CUT, o que enfatiza a necessidade do nosso trabalho junto aos trabalhadores na região, através da Escola de Hotelaria, como um instrumento para intensificar nossas lutas e fortalecer nosso projeto de disputa de hegemonia para uma sociedade mais justa e igualitária.

Faz-se necessário uma educação que forme para a vida. Para a CONTRACS, os sindicatos e federações devem estar a serviço da construção de uma nova sociedade na qual os princípios de democracia, participação, criticidade e autonomia estejam na base das relações de trabalho. Por isso, lutamos para que a negociação coletiva inclua todos os temas de interesse da classe trabalhadora.

Bibliografia

- DAVID, Marcel. Vale a pena conferir a experiência da Sociedade Luz – Universidade Popular (1899-1930) em Buenos Aires: ver Dora B. Barrancos, Os últimos iluminados. Ciências para trabalhadores na Argentina de princípios do século, tese de doutorado, Unicamp, 1993.
- FERGUSON, Adam apud Karl Marx, O Capital. São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 284.
- HIDALGO, Fernando. Negociação da educação e da qualificação profissional. In: Negociação e Contratação Coletiva da Qualificação Socioprofissional nas Relações Capital-Trabalho. São Paulo: CUT, 2005.
- MARX, K. Manuscritos econômicos-filosóficos e outros escritos. P. 176-177. In: Os pensadores. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987
- NAPOLEONI, Cláudio. Lecciones sobre el capítulo sexto (inédito) de Marx. México, Ediciones Era, 1976, p. 92.
- OURIQUES, Helton Ricardo. Turismo, Meio Ambiente e Trabalho em Florianópolis – SC. Caderno Virtual do turismo. Vol. 7, Nº 2, 2007.



O SETOR DE TURISMO E
HOSPITALIDADE DA
REGIÃO METROPOLITANA
DE FLORIANÓPOLIS

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

O SETOR DE TURISMO E HOSPITALIDADE DA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS¹

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

Diagnóstico setorial

Os estudos internacionais mais recentes sobre o setor de turismo indicam que o potencial turístico de um destino não depende meramente de fatores intrínsecos, dados pelos seus atrativos naturais e edificados. Derivam também de uma série de variáveis relacionadas, por exemplo, às condições de vida das comunidades, à capacidade de geração de renda e riqueza pela economia local e às condições básicas de infra-estrutura, entre elas, esgotamento sanitário e abastecimento de água. Por esse motivo, o estudo buscou apresentar informações sobre os municípios que contemplam esses temas, além dos dados específicos sobre a atividade econômica pesquisada.

Foram pesquisadas informações sobre as dimensões socioeconômica, de infra-estrutura e os atrativos turísticos dos municípios de Florianópolis, Antônio Carlos, Águas Mornas, Anitápolis, Angelina e Biguaçu.

O município de Águas Mornas, segundo o Censo de 2000 do IBGE, possui uma população de 5.390 habitantes, dos quais 31,8% vivem na área urbana e 68,18% na área rural. As principais atividades econômicas do município são a produção de hortaliças e a exploração das águas termais. O desenvolvimento da cidade é estruturado no turismo de saúde. Anualmente milhares de pessoas de todo o Brasil visitam o local em busca da qualidade terapêutica de suas águas, classificadas como esotermas radioativas.

Biguaçu, importante pólo industrial da região, fica a 16 km de distância de Florianópolis. Em 2000, a população da cidade era de 48.077 habitantes. As principais atrações turísticas do município são a orla marítima, a área de mata atlântica preservada e um conjunto arquitetônico tombado pelo Patrimônio Histórico de Santa Catarina.

O município de Antônio Carlos, com uma população de 6.434 habitantes, é o maior produtor de hortaliças de Santa Catarina. Cerca de 80% das famílias do município vivem da produção e comercialização dos hortifrutigranjeiros. A fábrica de refrigerantes Vonpar, que produz a Coca-Cola, é o principal empreendimento industrial da cidade e gera expressivo volume de empregos diretos e indiretos na área urbana. A cidade é cercada de montanhas, vales e riachos com cachoeiras. Além de receber muitos interessados em seus atrativos históricos e parques aquáticos, o município também acolhe grande número de praticantes de esportes de natureza.

¹ Este texto foi produzido pelo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE na pesquisa sobre o *Turismo e Hospitalidade da Região Metropolitana de Florianópolis - SC*, realizada a partir de contrato firmado com a Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha/CUT

Em Anitápolis, segundo o Censo Demográfico de 2000, a população era de 3.234 habitantes, dos quais 34% concentravam-se na área urbana e 66% na rural. A atividade agrícola, portanto, é a principal fonte de geração de emprego e renda. Situada em uma região de topografia acidentada, entre vales e montanhas, a cidade é local procurado para prática de esportes de natureza.

Em Angelina a atividade agrícola também é a principal fonte de geração de emprego e renda da cidade. Do total de 5.776 habitantes, 18% estão concentrados na área urbana e 82% na rural. O município faz parte do circuito de turismo religioso de Santa Catarina por causa do Santuário Mariano e da Gruta de Nossa Senhora da Imaculada Conceição.

Florianópolis é um dos mais procurados destinos turísticos do país, em função da quantidade e da diversidade de praias, que se estendem por 40 km de litoral. Segundo a Santur, empresa estadual de turismo de Santa Catarina, existem cerca de 100 praias na Ilha de Florianópolis. O Censo Demográfico de 2000, do IBGE, aponta uma população de 342.315 habitantes, concentrada quase totalmente na área urbana (97%). As principais atividades econômicas do município são o comércio e os serviços.

A breve análise das características dos municípios que compõem a Grande Florianópolis permite concluir que as condições de oferta turística entre eles são muito desiguais. No geral, observou-se que a maioria dos municípios tem bons indicadores sociais, principalmente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e os relacionados à pobreza. Entretanto, os indicadores de infra-estrutura geral – abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo – ainda não atingiram os níveis ideais.

Quanto aos indicadores relacionados ao meio ambiente, observou-se que os municípios menores são os que mais apresentam problemas, tanto em decorrência das deficiências existentes na infra-estrutura geral, que acarretam danos ao meio ambiente, quanto em relação ao uso inadequado das potencialidades naturais existentes em cada um deles.

Também é possível afirmar que há grande potencial intrínseco para o desenvolvimento da atividade turística na região, em virtude dos atrativos naturais, históricos, culturais e relacionados aos negócios. No entanto, o desenvolvimento sustentável do turismo na Grande Florianópolis, com exceção da capital, ainda requer investimentos consistentes na infra-estrutura geral, na ampliação dos serviços e equipamentos turísticos, na melhora dos indicadores sociais e ambientais.

Segundo estudo recente elaborado pela Fundação Getúlio Vargas e pelo Sebrae para o Ministério do Turismo, intitulado “Estudo de Competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional”, a maioria dos destinos situados fora das capitais apresentou condições “regularmente satisfatórias” em relação a aspectos como infra-es-

² Fundação Getúlio Vargas e SEBRAE. “Estudo de Competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional”. Brasília, setembro de 2008. Texto capturado na página na Internet www.mintur.gov.br em 10/11/2008.

trutura geral, condições de acesso, atrativos turísticos, aspectos sociais e ambientais². No caso dos destinos situados nas capitais, os mesmos aspectos apresentaram condições “adequadas” para o desenvolvimento da atividade turística, com um padrão mínimo de qualidade necessário ao desenvolvimento sustentável dessa atividade. O objetivo do Ministério do Turismo, até 2010, é estruturar 65 destinos turísticos com o padrão de qualidade internacional.

Perfil dos trabalhadores do ramo de Turismo e Hospitalidade

O perfil dos trabalhadores ocupados no ramo de turismo e hospitalidade foi captado por meio de duas fontes: a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de abrangência estadual e com informações sobre os ocupados no mercado formal e informal de trabalho e; a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), do Ministério do Trabalho e Emprego, que permite uma desagregação dos dados por município e trata apenas do mercado formal de trabalho.

Em ambas pesquisas é possível desagregar as informações a ponto de obter dados específicos sobre os segmentos que compõem o ramo de Turismo e Hospitalidade, a saber: Alimentação e Bebidas; Comércio; Lazer e Entretenimento e; Meios de Hospedagem. A PNAD permite ainda outra desagregação no segmento de Alimentos e Bebidas, o que possibilita especificar ocupados em estabelecimentos ou ambulantes. Essas desagregações são importantes para viabilizar a captação de possíveis heterogeneidades no perfil dos trabalhadores de um mesmo ramo.

Perfil segundo dados da PNAD

Segundo dados da PNAD, em 2007, existiam no Estado de Santa Catarina 195.882 ocupados no ramo de Turismo e Hospitalidade. Boa parte desses trabalhadores (86.043 ocupados ou 43,9% do ramo) atuava nos segmentos de Alimentos e Bebidas. A subdivisão Estabelecimentos respondia pela ocupação de 81.771 trabalhadores, enquanto Ambulantes agregava os 4.272 restantes do segmento. Já o segmento do Comércio contava com 84.819 trabalhadores (43,3% do total); o de Meios de Hospedagem com 18.306 trabalhadores (9,3%) e; o de Lazer e Entretenimento, com 6.714 ocupados (3,4%).

Deste universo de ocupados, a maioria era empregada com carteira assinada (56,4%). Os empregados sem carteira eram 16,2% e os que atuavam por conta própria correspondiam a 11,5% do total de ocupados no ramo. Os trabalhadores que estavam enquadrados na posição Outras (que inclui também trabalhadores não-remunerados) correspondiam a 8,1% do total de ocupados no ramo. Por último, aparecia o contingente de empregadores, que representavam 7,8% do total de ocupados.

É importante observar que cada um dos segmentos que compõem o ramo de Turismo e Hospitalidade apresenta uma distribuição diferenciada dos trabalhadores segundo posição na ocupação. No segmento de Lazer e Entretenimento, por exemplo, o maior número

de ocupados são empregados sem carteira ou estão classificados na posição Outras formas de ocupação (em ambos os casos, 36,4%), enquanto os trabalhadores com carteira representam apenas 18,2% do total. Por outro lado, 86,7% dos ocupados no segmento de Meios de Hospedagem tinham carteira assinada.

A distribuição dos ocupados no ramo de Turismo e Hospitalidade por gênero é equilibrada: 50,5% dos ocupados são homens e 49,5%, mulheres. No segmento de Meios de Hospedagem e no Comércio, o número de mulheres (60% e 55,4%, respectivamente) supera o de homens, assim como na subdivisão Ambulantes (57,2%).

A distribuição etária dos ocupados no ramo de Turismo e Hospitalidade mostra que cerca de 1/3 têm entre 18 e 29 anos, o que revela uma categoria jovem. É possível observar que entre os segmentos com maior nível de contratados com carteira assinada, há menor incidência de jovens entre 10 e 17 anos ocupados. Na subdivisão Ambulantes, por exemplo, o percentual de trabalhadores nesta faixa etária atinge 14,3%.

Quanto à escolaridade, percebe-se uma situação mais desfavorável entre os ocupados dos segmentos em que predominam Outras formas de ocupação. Em Meios de Hospedagem, por exemplo, 51,7% dos ocupados estavam entre aqueles com mais de 11 anos de estudos, enquanto no segmento de Alimentos e Bebidas, os que pertenciam a este grupo correspondiam a apenas 30,2%.

Outra informação obtida com os dados da PNAD é a ligeira desvantagem feminina em relação aos homens na questão da escolaridade. Do total de mulheres ocupadas no ramo de Turismo e Hospitalidade, 63,5% possuía até 10 anos de estudos, enquanto entre os homens o percentual era de 58,2%.

O tempo médio de permanência no mesmo emprego possibilita verificar o nível de rotatividade existente. No caso do estado de Santa Catarina, em 2007, segundo dados da PNAD, no ramo de Turismo e Hospitalidade, os ocupados estão concentrados nas faixas de tempo de permanência de até 3 anos no mesmo emprego (62,3%). Todavia, o número daqueles com até 1 ano no emprego era expressivo (29,0%). A especificidade ficou com o segmento de Alimentos e Bebidas, com destaque para a subdivisão Estabelecimentos, na qual 32,8% dos ocupados permanecem somente até 1 ano no emprego.

No tocante ao tempo de trabalho semanal no ramo, mais da metade dos ocupados (57,6%) tinha jornada de até 44 horas. O restante (42,4%) realizava jornada semanal superior a 44 horas semanais. Porém, em cada um dos segmentos a distribuição é distinta. No segmento Comércio, 46% dos ocupados excediam a jornada legal.

O rendimento médio apurado para os trabalhadores do ramo de Turismo e Hospitalidade, em 2007, variou entre 1,6 e 2,6 salários mínimos. Em termos de segmentos, os maiores rendimentos mensais no trabalho principal foram encontrados entre os ocupados do Comércio e de Meios de Hospedagem, R\$945,00 e R\$ 843, 00, respectivamente. Já os menores rendimentos médios foram observados entre os ocupados na subdivisão

de Ambulantes (R\$ 615) do segmento Alimentos e Bebidas. Os trabalhadores de Lazer e Entretenimento, que guardam algumas características em comum com os Ambulantes, em especial no tipo de inserção ocupacional, tinham a segunda menor remuneração média mensal (R\$ 651).

Perfil segundo dados da RAIS

O levantamento de informações a partir da RAIS teve como abrangência geográfica a Região Metropolitana de Florianópolis, composta pelas cidades de: Águas Mornas; Antonio Carlos; Biguaçu; Florianópolis; Governador Celso Ramos; Palhoça; Santo Amaro da Imperatriz; São José e São Pedro de Alcântara. Além disso, outra referência utilizada foi a definição de códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas para definição da composição do ramo de Turismo e Hospitalidade e dos segmentos de Alimentos e Bebidas, Comércio, Lazer e Entretenimento.

Em 2006, última base disponível para consulta, do total de 20.874 trabalhadores do ramo de Turismo e Hospitalidade, 59% era do segmento de Alimentos e Bebidas, 18%, de Meios de Hospedagem, 15% do Comércio e, 8%, de Lazer e Entretenimento.

Nos segmentos Meios de Hospedagem (58%) e Alimentos e Bebidas (51%), a ocupação dos postos de trabalho era predominantemente feminina. No Comércio, a distribuição entre homens e mulheres era igual e em Lazer e Entretenimento, os homens predominavam.

No que tange à faixa etária, mais da metade dos trabalhadores formais da atividade tinha até 39 anos de idade. A especificidade está no segmento de Comércio, em que 34% dos trabalhadores possuíam até 24 anos.

Apesar de uma variação entre os percentuais dos segmentos do setor, de um modo geral, a maior parcela da força de trabalho formalizada da atividade de Turismo e Hospitalidade possuía o ensino médio completo. Isso revela que o aumento dos anos de estudo da população do país nas últimas décadas tem se manifestado no ramo. Entre os segmentos, aquele com maior percentual de trabalhadores com ensino médio completo era o de Lazer e Entretenimento. Já o maior percentual de trabalhadores apenas com o ensino fundamental completo era o de Comércio.

Um aspecto negativo do ramo de Turismo e hospitalidade da Região Metropolitana de Florianópolis verificado a partir dos dados da RAIS foi que grande parte da mão-de-obra formalizada permaneceu até 3 meses no emprego em 2006, tempo denominado como de experiência para uma possível contratação. Portanto, devido às características de uma cidade litorânea e de um setor fortemente influenciado por essa situação, os dados permitem supor que grande parte dos postos de trabalho do setor é temporária e a contratação é fortemente sazonal.

A jornada média semanal da força de trabalho formal ficou abaixo da jornada legal (de 44 horas) em 2006. Nas atividades de Meios de Hospedagem e de Comércio, a jornada

média foi de 43 horas; no segmento de Alimentos e Bebidas, ficou em 42 horas e; no de Lazer e Entretenimento foi observada a menor jornada, 39 horas.

A remuneração média dos empregados formais variou conforme a atividade econômica, contudo, seguiu a tendência nacional: muita baixa. Nos Meios de Hospedagem, a remuneração média ficou em R\$ 655,00; nos Alimentos e Bebidas, R\$ 526,00; no Comércio, foi de R\$ 599,00 e; no Lazer e Entretenimento atingiu o maior valor, R\$ 778,00.

A análise da escolaridade segundo gênero apresentou situações diferentes conforme as quatro atividades econômicas que compõem o setor de Turismo e Hospitalidade. Na atividade de Meios de Hospedagem os trabalhadores apresentaram mais anos de estudo do que as trabalhadoras. No caso do segmento de Alimentos e Bebidas, a mão-de-obra masculina com registro formalizado de trabalho também teve vantagem em relação à feminina. Contudo, no setor de Comércio, as trabalhadoras apresentaram mais anos de estudo do que os trabalhadores: 41% delas concluíram o ensino médio, enquanto apenas 38% deles o fizeram.

Confrontando as variáveis grau de instrução e faixa etária, constatou-se que conforme a idade dos trabalhadores aumenta, a escolaridade diminui.

Demandas e tendências da qualificação profissional: a visão dos atores

Para identificar as necessidades e demandas relativas à qualificação profissional dos trabalhadores do setor de turismo de maneira a oferecer elementos que contribuam para a definição de ações para o desenvolvimento e aprimoramento da formação e certificação profissional foram realizadas entrevistas com diferentes grupos que possuem inserção no setor, além de pesquisas a partir de fontes secundárias de informações. As entidades entrevistadas ao longo da pesquisa estão relacionadas abaixo:

NOME E REPRESENTATIVIDADE

FECESC (Federação dos Trabalhadores no Comércio de Santa Catarina) - Entidade de Trabalhadores

SINTRATUH (Sindicato dos Trabalhadores em Turismo, Hospitalidade e de Hotéis da Grande Florianópolis) - Entidade de Trabalhadores

FHORESC (Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Santa Catarina) - Entidade Patronal

SANTUR (Santa Catarina Turismo S/A) - Entidade Governamental

Secretaria do Estado de Turismo, Cultura e Esportes - Entidade Governamental

SETUR (Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes) -Entidade Governamental

A seguir é apresentada a estrutura do roteiro das entrevistas realizadas. Este roteiro foi definido a partir de contribuições da equipe do DIEESE, do IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas) e com representantes das Escolas de Turismo da CUT. O fluxo do questionário ficou da seguinte forma:

ESTRUTURA DO ROTEIRO DE PESQUISA

1. Características Gerais do Setor e da Ocupação
2. Características da Oferta e Demanda por Qualificação
3. Questões Específicas para as Entidades de Trabalhadores
4. Questões Específicas para as Entidades Patronais
5. Questões Específicas para as Entidades Governamentais
6. Regulação
7. Participação Social
8. Estruturação Curricular

Análise geral das entrevistas

A partir da sistematização dos depoimentos dos representantes das entidades de trabalhadores, empresários e órgãos públicos de Florianópolis e região foi possível obter algumas indicações com relação à situação atual da oferta e da demanda por qualificação profissional. Com isso, foi possível indicar algumas direções para orientar ações que visem adequar a oferta de qualificação profissional às necessidades do setor.

A principal indicação é a de que falta qualificação da mão-de-obra no setor de Turismo e Hospitalidade na região de Florianópolis. Essa deficiência é resultado, principalmente, do caráter sazonal das atividades e suas conseqüências para a dinâmica do mercado de trabalho local e para a demanda por qualificação.

Uma dessas conseqüências é o trabalho temporário. Como na maioria das vezes o trabalhador não permanece no mesmo estabelecimento por mais do que alguns meses, nem ele nem o empregador tem interesse em investir em qualificação. O trabalhador porque não tem perspectiva de ascensão no trabalho e o empregador porque não dispõe de tempo, no forte movimento da temporada, de liberar seu empregado para se qualificar.

Além disso, a maioria dos depoimentos mostrou que o empregador tem receio de investir na qualificação dos funcionários e estes serem atraídos por outros estabelecimentos, com oferta de melhores salários e benefícios. Essa possibilidade é forte em Florianópolis dada a grande presença de estabelecimentos familiares, que possuem menos recursos para oferecer bons salários em contrapartida às grandes redes hoteleiras.

Por estes motivos, podemos perceber que, apesar de todas as entidades concordarem que precisaria haver mais qualificação dos ocupados no setor, falta clareza sobre que tipo de qualificação e sobre os benefícios que ela poderia trazer para cada segmento envolvido.

Entre os trabalhadores, esta falta de percepção de retorno, que desestimula a qualificação, parece ser mais forte. Isso é evidenciado pela ausência de demandas e cláusulas relativas a esse tema na ação sindical e nas negociações coletivas da categoria. Foi apontado também, nesse sentido, que a qualificação interessa mais ao empregador, já que o principal efeito seria a elevação de seus lucros.

Entre os comerciários, a alta rotatividade também prejudica a demanda por qualificação, que, em muitos segmentos, se dá pela prática, com o conhecimento dos produtos comercializados. A qualificação esperada por meio de cursos seria mais voltada para o atendimento, para a esfera comportamental. Já a entidade patronal demonstrou ter mais interesse na qualificação dos funcionários das entidades que representa, inclusive identificando e oferecendo cursos para as ocupações com maior demanda: camareiras, garçons e recepcionistas.

Os representantes do governo estadual, por sua vez, estabeleceram uma priorização, por meio de uma consulta aos fóruns regionais, e identificaram como principal demanda a formação e atualização dos funcionários já empregados.

Já a Secretaria Municipal de Turismo de Florianópolis entendia sua atuação na questão da qualificação profissional por meio de duas ações: a capacitação dos trabalhadores nas atividades receptivas (postos de atendimento ao turista, por exemplo), que são de responsabilidade do município, e promoção de eventos, que visam diminuir a sazonalidade e o trabalho temporário no turismo em Florianópolis e assim incentivar os empresários e trabalhadores a qualificar a mão-de-obra no setor.

As principais queixas das entidades representativas dos trabalhadores se dão no sentido de que os empresários, além de não investirem na qualificação, normalmente não liberam seu funcionário para se qualificar no horário de trabalho. Além disso, quando desempregado, o trabalhador não tem como arcar com as despesas de transporte e de uma eventual mensalidade para se qualificar.

Com relação ao modelo de qualificação a ser alcançado, todos os entrevistados idealizaram os cursos do SENAC, mas com a condição da gratuidade. As principais ocupações demandadas para qualificação seriam as tradicionais, para camareiras, garçons e recepcionistas, mas também estaria crescendo a demanda nas áreas de manutenção e custos. O treinamento em informática e em línguas estrangeiras também seria fundamental para as novas necessidades do setor. Todos estes cursos, no entanto, deveriam possibilitar uma formação mais ampla do trabalhador, que permitisse uma maior desenvoltura nas diversas atividades exigidas no estabelecimento.

Uma das principais conclusões a que podemos chegar é a de que os cursos mais necessários são os de qualificação básica ou técnica. A grande oferta de cursos de nível superior existente atualmente se mostrou, segundo os entrevistados, desnecessária para atender as demandas por mão-de-obra do setor de turismo e hospitalidade em Florianópolis e região. O excesso de bacharéis em turismo e a não regulamentação da profissão levariam ao rebaixamento do salário da categoria.

A oferta atual é realizada pelas seguintes entidades educacionais: SENAC, CEFET, Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha, CEDUP (Centro de Educação Profissional do Governo do Estado de Santa Catarina), faculdades particulares de turismo e em parcerias do governo estadual com estas escolas. A FHORESC (entidade patronal) também tem oferecido

cursos. No entanto, algumas destas opções não atendem exatamente a demanda existente, que é por cursos gratuitos, de nível básico e técnico, de atualização constante do trabalhador e crescimento das áreas de manutenção e informática, além das ocupações tradicionais (camareiras, garçons e recepcionistas). Além disso, foi apontada a necessidade de auxílio (como bolsa estudo ou auxílio transporte) para os trabalhadores, principalmente os desempregados.

Para além desse descompasso entre oferta e demanda, no entanto, o que ficou latente no discurso de todas as entidades entrevistadas é que falta conscientização de empregadores, trabalhadores e governo sobre os benefícios resultantes da qualificação da mão-de-obra. Essa maior conscientização seria um ponto de partida para se pensar melhor qual o tipo de qualificação necessária, para além do consenso com relação à gratuidade (quais ocupações, currículos, carga horária etc.).

Para isso, talvez seja necessário também um investimento no sentido de diminuir o uso do trabalho temporário, principal característica do mercado de trabalho no setor e que desestimula a qualificação atualmente. Essa conscientização com relação ao retorno da qualificação só será mais presente com uma mão-de-obra com maior estabilidade, que permita ao trabalhador esperar uma ascensão profissional ou ao empresário ter interesse em investir na qualificação do empregado para o longo prazo.





ITINERÁRIOS FORMATIVOS
E SAÍDAS INTERMEDIÁRIAS:
UMA ANÁLISE APLICADA À REGIÃO
METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS

*Antonio Gracias Vieira Filho, Alexandre Custódio Pinto,
Carmen Moraes, Sebastião Lopes Neto, Vanessa Miyashiro - IIEP*

ITINERÁRIOS FORMATIVOS E SAÍDAS INTERMEDIÁRIAS: UMA ANÁLISE APLICADA À REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS

*Antonio Gracias Vieira Filho, Alexandre Custódio Pinto,
Carmen Moraes, Sebastião Lopes Neto, Vanessa Miyashiro – IIEP*

Introdução

Neste artigo, apresentamos os resultados da pesquisa “Mapeamento dos Processos de Certificação Profissional, Itinerários Formativos e Saídas Intermediárias no Setor de Turismo e Hospitalidade na Região Metropolitana de Florianópolis, Santa Catarina”. Foram analisados documentos que regulam e regulamentam a oferta de qualificação e certificação profissional no país (leis, decretos, pareceres etc), além da aplicação e análise de entrevistas com representantes de entidades sindicais de trabalhadores; representantes patronais e gestores públicos.

Isso posto, ao falarmos de *itinerários formativos e saídas intermediárias* é preciso entender como esses conceitos podem estar relacionados à realidade dos trabalhadores do Setor de Turismo. Comumente estabelece-se um percurso “natural” para a formação dos indivíduos em nosso país: ensino fundamental, médio e superior. Até é possível pensar numa formação técnica concomitante ou posterior ao nível médio¹ ou, então, numa graduação superior em nível tecnológico. Mas, aquela estrutura geral é a que está gravada no imaginário de nossa sociedade. No entanto, ela não corresponde à realidade dos trabalhadores, que se vêem obrigados a enfrentar o mercado de trabalho com uma bagagem de baixa escolarização, despreparo para a prática profissional e ausência de certificados que comprovem seus conhecimentos e saberes.

Ao realizarmos esse trabalho de pesquisa, tínhamos um duplo objetivo: 1) o de compreender a situação dos trabalhadores quanto à sua formação e certificação profissional e; 2) o de avaliar como os conceitos de itinerário formativo e saídas intermediárias são compreendidos pelos representantes de trabalhadores, pelos empresários e pelos gestores públicos. Lembrando que esses “conceitos” são ferramentas para organização da educação dos trabalhadores previstas em diversos atos normativos e, portanto, aplicáveis. Aliás, não apenas aplicáveis, mas mecanismos para regulamentação e regulação de políticas públicas nessa área para oferta de formação e certificação profissional.

A mão-de-obra no Turismo apresenta dificuldades de toda ordem, como as baixas qualificação profissional e formação escolar. Tais problemas não são discutidos no cenário das desigualdades e carências que marcam a sociedade brasileira. Empresários, gestores pú-

¹ As transformações da relação entre o Ensino Médio regular e a formação técnica e profissionalizante, ocorridas entre 1997 e os dias atuais, serão abordadas com maior cuidado adiante.

blicos e, muitas vezes, os próprios trabalhadores contentam-se com o discurso de culpabilização do indivíduo, como se toda complexidade dos problemas que atingem essa classe social pudesse ser resumida a argumentos simplistas que passam por “má-vontade” ou “falta de amor ao trabalho”. A esse respeito, é marcante o discurso de um dirigente sindical de Santa Catarina, vinculado a esse Setor:

“Mas a cultura do trabalhador aqui é pequena em relação ao turismo. Ele não tem, acho que, amor ao trabalho, não vê muito isso. Há uma alta rotatividade nas empresas, isso é o que nós constatamos aqui. Então, ele trabalha seis meses e já quer ganhar mais três de seguro desemprego, essa é a técnica que eles usam muito. E aí procura negociar com o empregado. Ele [o trabalhador] paga a multa, o empregador não paga multa pra ele, paga os 30 dias e sai fora. Essa rotatividade demonstra que há pouca cultura do trabalhador. Ele não se agarra com amor à coisa que devia ter. A cultura acho que acabou aqui no Brasil, pelo menos é o que se vê aqui nas praias, é temporário e só passageiro.”

Ora, num setor conhecido por pagar mal, submeter os trabalhadores a jornadas extenuantes, marcado pela sazonalidade e pelo desinteresse dos empresários em investir na formação profissional e cultural, como falar em “falta de amor ao trabalho”? Trata-se de argumentação questionável: como se essa miríade de problemas emanasse de uma série de vontades individuais estranhamente coincidentes. A própria Organização Mundial do Turismo listou alguns dos problemas característicos do setor do Turismo e Hospitalidade em várias partes do mundo:

- Elevada porcentagem de trabalhadores em meio período;
- Elevada porcentagem de trabalhadores temporários e ocasionais;
- Importante presença de mulheres com contratos de meio período em hotelaria e restaurantes, maior do que em outros setores econômicos;
- Escasso número de mulheres em cargos de maior responsabilidade;
- Presença importante de trabalhadores estrangeiros com contratos de meio período. Nos países em desenvolvimento, os estrangeiros geralmente ocupam os cargos de responsabilidade;
- Também na hotelaria e alimentação se observa uma importante presença de jovens com escassa qualificação ou estudantes empregados no setor esporadicamente;
- Grande número de trabalhadores clandestinos;
- Menor retribuição que em outros setores econômicos;
- Maior número de horas semanais trabalhadas para os empregados do setor, com horário e turnos de trabalho especiais;
- Grau de sindicalização inferior a outros setores.

(OMT, 2001:352-3 apud Ouriques, 2007:17)

Algumas questões tornaram-se mais evidentes que outras. Não constatamos, durante a pesquisa, as jornadas de meio período, por exemplo. Normalmente, o trabalho estava organizado em mais de oito horas diárias, com total de seis dias trabalhados na semana. Isso superaria a jornada regulamentada de 44 horas semanais. Há poucas mulheres e trabalhadores negros em cargos de maior responsabilidade. Quanto à questão da cor, a tabela abaixo mostra como a situação é preocupante:

DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS EM ALOJAMENTOS SEGUNDO COR, FUNÇÃO (%) - BRASIL - 2004			
Função Exercida	Cor		Total
	Negra	Não-negra	
Diretores	0,0	100,0	100,0
Gerentes	34,1	65,9	100,0
Supervisores	49,9	50,1	100,0
Guias e técnicos em turismo	14,6	85,4	100,0
Recepcionistas	37,2	62,8	100,0
Mordomos e governantas	100,0	0,0	100,0
Cozinheiros	56,7	43,3	100,0
Camareiros	41,9	58,1	100,0

Fonte: IBGE - PNAD. Elaboração: DIEESE. Retirado de: Moraes; Neto; Pinto e Souza (2006:25) - grifos nossos.

O salário é muito baixo. A taxa de 10% de serviço direcionada aos garçons e atendentes e as “caixinhas” (gorjetas) possuem um papel duplamente pernicioso para a organização das pautas sindicais. Os “10%” e as “caixinhas” são utilizadas pelos empresários como argumento para manutenção dos baixos salários. Isso é problemático, já que mantém os trabalhadores com salários formais achatados e dependentes da boa vontade dos clientes, agravando-se em função da sazonalidade - a baixa temporada reduz significativamente a complementação dos salários. Ainda mais grave é a incompreensão da maior parte desse grupo profissional da necessidade de lutar contra tais “complementos” em favor de maiores rendimentos formais. Isso fica claro no depoimento de um dirigente de uma federação de trabalhadores de Santa Catarina:

Um dia desse eu perguntei para o presidente da confederação [...] “ Por quê, na área de hotelaria, de comércio hoteleiro e restaurante, alimentação, vocês não conseguem negociar um piso bom pra categoria?” Que é uma categoria muito sofrida, trabalha domingo, feriado, 24 horas, de madrugada [...] É um sofrimento assim imenso e a remuneração, vai ver a convenção deles, não sei se chega a 500 reais. Ele me disse o seguinte: “ - Olha, o grande entrave nosso, que a categoria não abre mão, é a gorjeta dos 10%”. Ai os patrões alegam que não vão melhorar os salários porque os empregados ganham 10% e aí nós [consumidores] pagamos a remuneração deles, ao invés do patrão pagar. O grande entrave é esse e a categoria quer eliminar os 10%? Não, eles institucionalizaram como uma coisa definitiva.

Todos os pisos salariais dessa categoria no Brasil inteiro é muito baixo. Principalmente na área de gastronomia, é muito baixo, é onde o 10% aparece mais. E tem empresário que ainda usa o 10% para pagar a previdência.

Os problemas da formação e certificação estabelecem uma relação complexa com o contexto geral das relações de trabalho no setor. Tais problemas, a um só tempo, contribuem para a exploração dessa massa de trabalhadores e são resultantes e componentes dos mecanismos de exploração. Estamos falando do empresariado que paga pouco porque o trabalhador é mal formado e, ao mesmo tempo, não investe na formação do trabalhador. Diante das extensas jornadas de trabalho somadas à baixa remuneração, cabe ao trabalhador a optar entre a sala de aula e o tempo livre com a família, além de comprometer parte de seus rendimentos com o pagamento de mensalidades. Outra dificuldade decorrer da carência de organização de pautas sindicais consistentes na medida em que o elevado grau de exploração compromete a percepção da categoria profissional acerca da importância de determinadas questões.

1. O conceito de Itinerário Formativo

Uma Perspectiva Ocupacional

A legislação federal define a formação do trabalhador como um processo e possibilita a organização da formação profissional a partir de um caminho formativo, que o Decreto nº 5154/2004 denominou de “itinerário formativo”. Tal itinerário foi definido como o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos (art. 12). Nesse mesmo Decreto se fortalecem as propostas que buscam consolidar a formação profissional com a elevação de escolaridade, pois o mesmo prevê que a oferta de cursos de formação profissional deve ocorrer, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada para o trabalho (art. 13).

Posteriormente, o Decreto 5840/2006, que institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), criou uma base legal para que os cursos e programas da formação inicial e continuada pudessem ser articulados ao ensino fundamental.

Assim, percebemos que a legislação educacional recente não mais impõe restrições para que se busque, de maneira articulada com os diversos agentes sociais e nos diversos níveis – local, estadual e nacional – uma ação integrada que envolva a formação profissional e a elevação de escolaridade, reconhecendo e certificando os saberes já construídos pelo trabalhador. Isso permite, que esse trabalhador possa construir e trilhar seu itinerário formativo.

Arcos Ocupacionais

Os arcos ocupacionais constituem uma proposta diferenciada para a qualificação profissional. Idéia gestada no Ministério do Trabalho e Emprego, contou com a participação decisiva do então Diretor do Departamento de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, Antonio Almerico Biondi Lima. Nessa proposta, a qualificação social e profissional estaria organizada em um “arco”: o trabalhador receberia uma Formação Técnica Geral (FTG) e seria qualificado em um conjunto de ocupações de base técnica comum. Tais ocupações abrangeriam as esferas da produção e da circulação (indústria, comércio e prestação de serviços). Isso garantiria uma formação profissional mais ampla e aumentaria as chances de inserção do trabalhador no mercado de trabalho – incluindo o assalariamento, o auto-emprego e a economia solidária.

Os arcos ocupacionais não são regulamentados através de leis, decretos ou parâmetros. Isso resulta em sua utilização como um “conceito” para orientação de projetos e programas públicos para Educação de Jovens e Adultos (EJA) combinada com Formação Inicial e Continuada (FIC). Desse modo, a partir do conceito geral proposto pelos arcos, cada projeto pode construir uma estrutura e um currículo próprios, o que permite a incorporação de especificidades locais e/ou regionais aos conteúdos a serem abordados. A ausência de regulamentação, no entanto, dificulta a institucionalização desse modelo e sua utilização em políticas públicas consolidadas. Assim, o conceito de arcos ocupacionais fica sujeito à volatilidade de projetos públicos que, por sua vez, são suscetíveis a mudanças de orientação política, rupturas administrativas, etc.

Vejamus um exemplo presente no sítio do “Projovem Urbano”². O arco “Madeira e Móveis” compreende as ocupações de “marceneiro”, “reformador de móveis”, “auxiliar de desenhista de móveis” e “vendedor de móveis”. Isso permite ao trabalhador a aquisição de qualificações para o desempenho de quatro ocupações – em lugar de uma capacitação específica – além de uma idéia de todas as etapas da produção, desde a elaboração dos móveis até sua venda. Em resumo, de acordo com BIONDI (2007), o arco ocupacional:

(...) é extremamente necessário como parte do processo de superação da dicotomia entre a educação profissional e a educação básica e, particularmente, entre essa proliferação de cursos de curta duração que não formam nem para uma ocupação, nem para um conjunto de atividades em uma ocupação. (...) basicamente pretende-se uma formação que seria um subconjunto da formação técnica. Um

² “Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária”. De acordo com o sítio desse Programa, *ele tem como finalidade elevar o grau de escolaridade visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã. Constitui uma reformulação do Projovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Abordamos, neste tópico, uma das quatro modalidades do Projovem Integrado: “Projovem Adolescente”, “Projovem Urbano”, “Projovem Campo” e “Projovem Trabalhador”.*

<http://www.projovemurbano.gov.br/site/interna.php?p=materiale&tipo=Conteudos&cod=11>

engenheiro civil, na sua formação, aprende a fazer da fundação à cumeeira da edificação, ou da alvenaria ao revestimento. Além disso, aprende também a fazer ponte, viaduto etc. Já o técnico em edificações aprende um pouco menos: não aprende a fazer o viaduto e a ponte, mas aprende a fazer também da estrutura à cumeeira e também da alvenaria ao revestimento. E o pedreiro, por que tem que apenas o saber fazer a alvenaria? Por que o pedreiro não pode aprender a colocar o ladrilho? Por que não pode trabalhar também com pintura, com gesso ou com outras coisas? Então, a visão de arco ocupacional é: com a mesma base técnica ou sociotécnica, como gostamos de dizer, pode-se qualificar o trabalhador em mais de uma ocupação. Isto está vinculado a um itinerário formativo, para garantir que o trabalhador possa prosseguir depois seus estudos e, com isso, continuar a completar o seu processo. (p. 112)

Vejamos a aplicação da estrutura de arcos ocupacionais a partir do “Projovem Urbano”. Ao todo, são 23 arcos ocupacionais, com quatro ocupações em cada um. São eles: (1) Administração; (2) Agro-Extrativista; (3) Alimentação; (4) Arte e Cultura I; (5) Arte e Cultura II; (6) Construção e Reparos I (revestimentos); (7) Construção e Reparos II (instalações); (8) Educação; (9) Esporte e Lazer; (10) Gestão Pública e 3o Setor; (11) Gráfica; (12) Joalheria; (13) Madeira e Móveis; (14) Metalmeccânica; (15) Pesca/Piscicultura; (16) Saúde; (17) Serviços Domésticos I; (18) Serviços Domésticos II; (19) Serviços Pessoais; (20) Telemática; (21) Transporte; (22) Turismo e Hospitalidade e (23) Vestuário. Os arcos mais diretamente ligados ao Setor de Turismo e Hospitalidade são:

- Alimentação: que contempla as ocupações de (a) chapista, (b) cozinheiro auxiliar, (c) repositor de mercadorias e (d) vendedor ambulante;
- Turismo e Hospitalidade: com as ocupações de (a) organizador de eventos, (b) cumim (auxiliar de garçom), (c) recepcionista de hotéis e (d) guia de turismo local.

A carga horária total para formação, nesse programa, seria de 1600 horas (1200 presenciais e 400 não presenciais), a serem cumpridas em 12 meses ininterruptos. Seriam 800 horas presenciais e 400 horas não presenciais para o Ensino Fundamental; 150 horas para “Iniciação ao Mundo do Trabalho e Formação Técnica Geral” e mais 200 horas para formação no arco ocupacional escolhido e 50 horas presenciais para ação comunitária.

Assim, o percurso formativo será organizado em quatro unidades, com duração de três meses cada uma, nas quais os diferentes componentes curriculares se integram em eixos estruturantes apresentando referenciais conceituais que favorecem a progressão das aprendizagens³. Essas unidades formativas são as seguintes: (1) Juventude e Cidade, (2) Juventude e Trabalho, (3) Juventude e Comunicação e (4) Juventude e Cidadania.

³ Capturado no sítio do programa “Projovem”: http://www.projovem.gov.br/html/ocurso_desenho.html, em 22/01/2009.

Duas questões devem ser observadas em relação aos “arcos ocupacionais”. Primeiro, como já pontuado, há a necessidade de institucionalização dessa ferramenta para que se converta em mecanismo orientador de políticas públicas – eliminando as fragilidades de projetos suscetíveis a mudanças políticas e administrativas de ocasião. Em segundo lugar, é necessário fazer uma reflexão sobre as bases conceituais dos arcos ocupacionais. Trata-se de um avanço bastante significativo quando pensamos em cursos de qualificação e capacitação de curta duração e efetividade discutível. A ampliação horizontal da qualificação garante, de fato, maior amplitude da educação profissional e, portanto, atende às exigências de um conjunto maior de postos de trabalho. No entanto, os arcos se adequam a uma proposta de itinerário formativo com graduações ascendentes? Não estamos falando de qualificações que propiciarão a entrada imediata dos indivíduos no mercado de trabalho? E, desse modo, o trabalhador não corre o risco de ficar aprisionado naquele conjunto original de qualificações presente no arco? Finalmente, se considerarmos as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, em suas negociações com o empresariado, para garantir apoio à qualificação e à elevação de escolaridade, estaremos diante de um cenário particularmente adverso.

Perspectiva das Competências

A Certificação de Competências é realizada como resultado final de uma avaliação individual, segundo um perfil pré-estabelecido. Considera o desempenho final do candidato como observável na avaliação. É centrada em padrões nacionais definidos e atualizados segundo as necessidades do mercado de trabalho. Seu reconhecimento pode ser internacional, nacional ou em nível setorial.

É um processo contínuo de adaptação às necessidades das empresas e dos setores econômicos, podendo funcionar como processo de seleção, se não há uma participação dos representantes dos trabalhadores para relativizar e compatibilizar as necessidades de melhoria organizacional e tecnológica com o processo de desenvolvimento e capacitação dos trabalhadores. É uma ação autônoma e independente da formação e orientação profissional, aplicada indistintamente para trabalhadores que participaram ou não de programas de formação profissional. É determinante na avaliação, segundo normas estritas, o desempenho em situação de operação no trabalho, ignorando as outras possibilidades e dimensões da formação do examinando.

Por exemplo, no caso em que se exige de um trabalhador, para ocupar uma determinada vaga numa empresa, uma certificação de competência para desempenho de uma função/ocupação, ele precisa se dirigir a uma instituição certificadora, credenciada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, e se submeter a uma prova baseada numa norma técnica elaborada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Essa prova tem um custo de inscrição e conforma um processo de certificação em si, cuja aprovação resulta em certificação, posto que não há o

reconhecimento dos conhecimentos e saberes acumulados ao longo da vida profissional; não há o encaminhamento para um itinerário de formação; não há uma preocupação com a posterior qualificação profissional, com elevação de escolaridade ou com construção da cidadania do trabalhador. Trata-se de um modelo de certificação que guarda similaridades perturbadoras com os atestados de qualidade de mercadorias, processos e serviços. Em lugar de uma etiqueta num produto para o consumidor, um certificado no currículo de um trabalhador para o mercado de trabalho. Nesse cenário, a certificação perde todo seu potencial como ferramenta para implementação de itinerários formativos e orientação da oferta formativa.

No setor de Turismo temos um bom exemplo da Certificação de Competências (segundo esse modelo denominado de Conformidade) que foi transformada em política pública. Trata-se da parceria estabelecida entre o Ministério do Turismo e a ABNT. Foi construído um conjunto de normas técnicas para certificação de competências dos trabalhadores do setor. Ao todo, como resultado dessa parceria, já foram editadas 60 normas para certificação⁴. Como exemplos, citamos algumas delas: Garçom em função polivalente (NBR15018); Cozinheiro em função polivalente (NBR15021); Agente de viagens (NBR15080); Turismo de aventura, Condutores de caminhada de longo curso (NBR15398); Recepcionista em função polivalente (NBR15035); e Camareira ou arrumador (NBR15047).

Dois pontos merecem ser destacados no tocante a essa parceria. Quanto à concepção da certificação de competências, fica evidente que se trata de uma política para formatação da mão-de-obra para o mercado de trabalho. A norma contém uma série de competências que um trabalhador, que deseja exercer uma função determinada, deve ser capaz de executar e, além disso, os resultados que dele são esperados. Há uma descrição sumária do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes/atributos que deve ser avaliado ao se verificar o desempenho do trabalhador para posterior certificação. Enfim, longe de ser uma política que ofereça elevação de escolaridade, formação ou qualificação profissional, trata-se, antes, de um instrumento para certificação de competências, que se prende ao nível de “adestramento” do trabalhador. Tal instrumento é voltado para o atendimento dos interesses do mercado de trabalho e coloca de lado a valorização e o reconhecimento dos conhecimentos e saberes adquiridos pelos trabalhadores em sua vivência profissional. Nesse modelo, os indivíduos não são integrados a um itinerário formativo. Há uma avaliação em que se determina, de acordo com uma norma, se o trabalhador estaria apto ou não a desenvolver as competências profissionais exigidas para o desempenho de uma ocupação. Um trabalhador aprovado é certificado para a ocupação, o trabalhador reprovado não é certificado. A certificação obtida não dialoga com a rede oficial de ensino. Por fim, o trabalhador paga uma taxa para se submeter a essa avaliação classificatória e excludente.

⁴ Para maiores detalhes, ver <http://www.abntnet.com.br/mtur/>

O segundo ponto diz respeito à efetividade dessa política de certificação. Em Florianópolis, as entidades representativas de trabalhadores e empresários, bem como os gestores públicos, pouco souberam falar sobre as normas da parceria entre MTur e ABNT. Um problema ainda mais grave se considerarmos que muitas das entidades questionadas possuíam abrangência estadual. Nossos interlocutores, quando perguntados, afirmavam desconhecer totalmente essas normas. Poucos foram os casos em que um representante ou gestor sabia de sua existência e ainda mais raras as ocasiões em que nossos entrevistados sabiam o que elas significavam – ainda que em termos muito gerais. Logo, essas não se transformaram em referências para certificação profissional. Assim, para além do problema conceitual ora citado, a efetividade da política pública que objetivava transformar as normas em referencial de certificação profissional se mostra ineficaz.

O Modelo Politécnico

Conforme analisa Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005b), a inclusão da concepção de *politecnia*, tal como enunciada por Marx, seria o termo *mais apropriado para definir uma concepção de educação voltada explicitamente para a superação da divisão social do trabalho determinada por uma sociedade cindida em classes*. O restabelecimento, por meio do Decreto no 5154/2004, da possibilidade do Ensino Médio propiciar também a formação técnica, abre horizontes para consolidação da formação básica unitária e politécnica centrada no trabalho, na ciência e na cultura, relacionada com a formação profissional específica que se consolida em outros níveis e modalidades de ensino.

Na perspectiva dos autores citados, o atual Decreto configura-se como um avanço nos campos ético e político e interrompe uma trajetória de cunho fundamentalmente neoliberal e de retrocesso educacional. Tal retrocesso apareceria de forma concreta no Decreto 2208/1997, que determinava e regulamentava a cisão entre a formação técnica e profissionalizante e o Ensino Médio. As possibilidades de avanço proporcionadas pelo Decreto 5154/2004, porém, ainda não são efetivamente aproveitadas na construção de mecanismos para regulação das ofertas de ensino técnico e profissionalizante. Os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico, por exemplo, continuam baseados no Decreto 2208/1997 e estão ancorados num modelo pedagógico de competências. Situação ainda mais grave se considerarmos que o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, de 2008, passou por transformações em suas áreas técnicas sem, no entanto, modificar sua estrutura, calcada no antigo Decreto e no modelo pedagógico de competências.

Nessa perspectiva, há a necessidade das instituições sociais, direta ou indiretamente relacionadas à questão do Ensino Médio, mobilizarem-se para mudanças mais profundas. Em nível governamental, é preciso que se supere a timidez política na direção de um projeto nacional de desenvolvimento popular e de massa – o que exige reformas estruturais concomitantes com políticas distributivas e emancipatórias.

Um modelo de certificação profissional que pressupõe a criação de itinerários formativos de caráter politécnico é o da Certificação de Conhecimentos e Saberes. Ele articula técnicas, práticas e valores, extrapola o âmbito dos interesses mais específicos de empresas que buscam, como prioridade, o reconhecimento do padrão de qualidade de seus produtos. Apresenta possibilidade de ampliação do conhecimento, como pressuposto da implantação e consolidação do processo democrático.

Como característica importante, estabelece um diagnóstico de acesso a uma trajetória formativa baseada em um perfil social e profissional negociado regionalmente e com uma rede de instrumentos para o diagnóstico. Avalia, simultaneamente, as características coletivas sociais, regionais e culturais tendo como referência as trajetórias formativas individuais. Demanda o encaminhamento, posterior ao diagnóstico, para cursos de formação profissional estruturados em itinerários formativos.

Num entendimento prático, isso significa que um determinado trabalhador, com seu histórico profissional em um setor produtivo específico, ao buscar a certificação profissional seguiria os seguintes passos:

- Realiza uma avaliação diagnóstica em que são identificados os conhecimentos e saberes resultantes de sua experiência profissional e de vida e, também, de suas deficiências formativas. Também é necessário, do ponto de vista profissional, a identificação do trabalhador com uma determinada qualificação social e profissional, negociada e reconhecida regionalmente;
- Esse trabalhador é integrado a um determinado itinerário formativo. À sua primeira demanda de formação e certificação profissional, se sucederia um caminho de formação em que o trabalhador ascenderia a um nível técnico e, posteriormente, tecnológico de formação;
- Os certificados acumulados nesse processo são reconhecidos pelo sistema oficial de ensino e permitem ao trabalhador o prosseguimento nos estudos;
- O itinerário formativo, aqui analisado sob uma ótica eminentemente profissional, não se desprenderia de uma perspectiva de formação *integral* dos trabalhadores. Em termos práticos, a formação não deve estar desvinculada da elevação de escolaridade e de uma série de atividades políticas e culturais que garantam ao trabalhador uma formação mais ampla.

Um dos principais resultados da pesquisa é a confirmação de que a noção de itinerário formativo é muito pouco conhecida e não se encontra uma aplicação consolidada desse conceito nas experiências de formação profissional do setor do Turismo e Hospitalidade. Embora o Decreto 5154/2004 permita tal modelo de formação, ele não se transformou ainda em um referencial forte para a educação dos trabalhadores no Brasil.

3. A Possibilidade das Saídas Intermediárias

O conceito de “saídas intermediárias” é citado, de forma sumária, no Decreto 5154/2004, em seu Art. 6º:

Os cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica de graduação, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, incluirão saídas intermediárias, que possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após sua conclusão com aproveitamento.

*§ 1º Para fins do disposto no **caput** considera-se etapa com terminalidade a conclusão intermediária de cursos de educação profissional técnica de nível médio ou de cursos de educação profissional tecnológica de graduação que caracterize uma qualificação para o trabalho, claramente definida e com identidade própria.*

§ 2º As etapas com terminalidade deverão estar articuladas entre si, compondo os itinerários formativos e os respectivos perfis profissionais de conclusão. [grifo nosso]

Vejamos um exemplo. O Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET de Santa Catarina oferece uma série de cursos técnicos pós-Ensino Médio. O “Curso Técnico Pós-Ensino Médio de Hospedagem”, possui duração de 2 semestres e é organizado em 2 módulos. No primeiro, a grade curricular aborda os seguintes tópicos: Linguagem e Comunicação I; Espanhol; Recepção; Governança; Sistema Informatizado de Recepção e Governança; Responsabilidade Ambiental na Hospedagem; Fundamentos da Hospitalidade; Relações Interpessoais; Projetos Integrados; e Ambientação Profissional de Recepção e Governança. No segundo módulo: Linguagem e Comunicação II; Sociedade, Cultura e Turismo; Eventos na Hotelaria; Sistema Informatizado de Reservas e Eventos; Projeto Integrador; Ambientação Profissional em Reservas e Eventos; Reservas; Inglês; Técnicas de Venda e Negociação para Reservas; e Eventos na Hotelaria.

Há a possibilidade de certificação parcial, ao final do primeiro módulo. O aluno recebe, então, um certificado de qualificação profissional em “Operador de Recepção e Governança”. Ao concluir o Módulo II, o aluno também poderá receber um certificado para “Operador de Reservas e Eventos na Hotelaria”. Caso conclua os dois módulos, receberá o diploma do curso e será, após o estágio profissional, habilitado como “Técnico em Hospedagem”.

Assim, a organização em módulos permite ao estudante, caso decida ou precise interromper seu curso antes de completar a graduação total, saídas intermediárias após a conclusão de etapas de formação. Tais etapas garantem certificados de qualificação aproveitáveis para busca de oportunidades no mercado de trabalho.

Apesar de detalharmos a noção de saídas intermediárias utilizando o exemplo de um curso técnico pós-médio, essa noção pode, segundo a legislação da educação profissional, ser aplicada a todos os níveis – inclusive no ensino fundamental integrado à formação inicial e continuada.

Reconhecimento e Certificação

A identificação das possíveis trajetórias ocupacionais e a construção dos itinerários com saídas intermediárias, além de permitir melhor correspondência entre os requisitos demandados nas atividades de trabalho e os perfis construídos no processo educativo, possibilitam aos trabalhadores se adequar, de acordo com suas possibilidades e condições, ao itinerário formativo e profissional.

No Parecer 16/1999, da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), critica-se a legislação anterior, à qual a organização dos cursos esteve sujeita a currículos mínimos padronizados, com matérias obrigatórias, desdobradas e tratadas como disciplinas. Propõe-se, então, a contextualização da educação profissional e o seu “ajuste” à nova realidade do mundo do trabalho. Isso ocorreria através da flexibilização curricular: abrindo a possibilidade dos planos serem erigidos com base em disciplinas, etapas ou módulos, em atividades nucleadoras, projetos, metodologias e na gestão dos currículos.

A flexibilização da educação profissional exigiria, ainda, um tratamento interdisciplinar dos programas formativos, como forma de integração dos estudos de diferentes campos tendo em vista as competências a serem desenvolvidas nos cursos.

Apesar de não indicar a sua obrigatoriedade, o Parecer propõe a utilização da metodologia de módulos como estratégia de flexibilização curricular da educação profissional – de modo a permitir que a educação profissional atenda às mutáveis demandas das empresas, da sociedade e dos indivíduos. Dessa forma, abre-se a possibilidade de variação da duração dos cursos de educação profissional, tendo em vista o perfil profissional de conclusão que se pretende, as competências constituídas no Ensino Médio e as competências adquiridas por outras formas. Garante-se, no entanto, uma carga horária mínima definida para cada qualificação ou habilitação.

Ferretti (1999) questiona a concepção implícita na estrutura modular, que toma o conhecimento como o resultado do somatório de várias habilitações específicas, como procedimento eficaz para formar os profissionais polivalentes e sofisticados, como propõe o documento. Para o autor, há um evidente paradoxo nessas proposições, pois o conhecimento orgânico que essa formação exige parece pouco compatível com tal concepção modular. Tanguy (1997) alerta para a possibilidade de perda de sentido dos conteúdos quando considerados a partir, apenas, das necessidades imediatas de seu uso com a organização em módulos independentes.

Mas devemos salientar que a nossa crítica não é à estrutura modular em si, mas ao módulo como parte da proposta de organização curricular baseada em competências.

Uma reflexão sobre as saídas intermediárias

Considerando as transformações do mercado de trabalho e o fato de vivermos numa realidade em que o modo de produção capitalista, após mais uma etapa de seu proces-

so de auto-reforma, passou a questionar decisivamente o modelo produtivo fordista, é necessário realizarmos algumas considerações. Como isso impacta a formação dos trabalhadores? A tônica dos discursos sobre o tema utiliza algumas palavras-chave com grande frequência: empregabilidade, dinamismo, trabalho em redes, inovação, criatividade, etc. É inegável que as saídas intermediárias podem contribuir para que o trabalhador organize sua formação, em certo sentido, de modo mais dinâmico. A possibilidade de certificados intermediários de formação pode garantir que um indivíduo se encaminhe ao mercado de maneira mais rápida e pode, depois, em sentido contrário, permitir sua reinserção num itinerário formativo. No entanto, cabe perguntar: o tal dinamismo é o fator mais relevante na trajetória formativa de uma pessoa?

A proposta de itinerário formativo tal como a concebemos, do ponto de vista da certificação, deve ser dirigida ao trabalhador após um diagnóstico de seus saberes acumulados para a sua inserção numa trajetória de formação. Tal trajetória deveria ser ascendente, trilhando para a formação profissional em nível técnico e, posteriormente, tecnológico. Para que isso faça sentido, também não se pode descartar a importância da elevação de escolaridade e o ideal de uma formação cultural e política mais ampla, que vise a emancipação do trabalhador. Trata-se do modelo politécnico que citamos anteriormente, que só pode tornar-se possível por meio de um itinerário mais extenso e orgânico.

Desse modo, cabe questionar se as saídas intermediárias contemplam os interesses mais imediatos do mercado de trabalho ou se possibilitam uma formação que garante maior autonomia ao trabalhador? É preciso salientar que as saídas intermediárias são instrumentos capazes de garantir o rápido aproveitamento do saber *instrumentalizável*. Por outro lado, há que se perguntar se elas podem favorecer ao trabalhador a aproveitar a sazonalidade do trabalho e compatibilizar horários, considerando a situação de turnos variados. Dessa forma, seria necessário um estudo sobre o aproveitamento das saídas intermediárias existentes, por parte dos trabalhadores e, em aprofundamento, um acompanhamento desses egressos para verificar se essa possibilidade de formação resultou em melhoras na sua qualidade de vida.

4. A situação em Florianópolis

Quando analisamos os resultados da pesquisa, chegamos à conclusão de que nossos interlocutores possuem pouco ou nenhum acúmulo sobre os conceitos de “itinerários formativos” e de “saídas intermediárias”. Consequentemente, os atos normativos que instrumentalizam tais conceitos e o transformam em ferramentas para implementação de políticas públicas, também são pouco conhecidos. Apesar disso, sindicalistas, representantes patronais e gestores públicos traçaram um quadro detalhado do Setor de Turismo. Paradoxalmente, embora não soubessem dos instrumentos que regulam e regulamentam a oferta de certificação profissional, foram muito claros ao detalhar as dificuldades para viabilização

de uma oferta consistente de formação e certificação profissional – explicitando necessidades de estruturação das ofertas formativas da mesma forma como está preconizado pelas noções de itinerário formativo e saídas intermediárias potencialmente inclusas nos novos marcos normativos do Governo Federal. Também verificamos que a carência de entendimento conceitual e político sobre os instrumentos que regulam a formação e a certificação não permite estabelecer uma pauta muito clara para os agentes sociais interessados nesses temas. É fundamental que representantes de trabalhadores e empresários, além dos próprios gestores públicos, qualifiquem-se para esse debate: que conheçam leis, Decretos e pareceres e aprofundem-se teoricamente nessa área.

Alguns elementos mais gerais que caracterizam o Setor de Turismo e Hospitalidade foram verificados em todas as entrevistas. A sazonalidade que aflige as atividades do setor é uma preocupação constante. O período de alta temporada (verão) concentra a maior parte da atividade turística. Isso pôde ser percebido durante a pesquisa (realizada entre o final do inverno e início da primavera). Observamos alguns restaurantes e estabelecimentos comerciais de portas fechadas e que só abririam durante a “temporada de verão”. Além disso, era grande o número de hotéis e pousadas com níveis baixíssimos de ocupação.

Quanto ao mercado de trabalho e a situação dos trabalhadores, foram muito citadas as baixas remunerações combinadas com longas jornadas de trabalho: atividades diárias que superam oito horas e, ao longo da semana, seis dias trabalhados e apenas um de folga. O baixo nível de formação escolar e qualificação profissional da mão-de-obra também é uma preocupação constante.

Na questão sindical, foram relatadas dificuldades de organização política das categorias profissionais ligadas ao setor de Turismo com destaque para o baixo grau de sindicalização, a falta de combatividade nas lutas das categorias (foi muito citada a dificuldade de se organizar uma greve, por exemplo) e a pouca receptividade do segmento patronal às demandas dos trabalhadores. Segue depoimento de um dirigente de uma federação de trabalhadores do Estado de Santa Catarina que ilustra as dificuldades para o trabalho sindical

[...] eu acho que tem uma diferença muito grande, por região, na questão da negociação coletiva. O melhor piso salarial do Brasil é da grande Florianópolis. É muito maior do que do Rio Grande do Sul, do que do Paraná, é maior que São Paulo, é maior que o Rio, muito maior que Minas e muito maior do que o Nordeste inteiro. E ainda é baixo. (...). Então, como a categoria é uma categoria muito dividida, muito fragmentada... O processo de organização sindical no Brasil, é um processo fragmentado. [...] e aí tem 30 sindicatos em Santa Catarina, com 80 pisos salariais diferentes. Tem negociação por categoria, por cidade, sindicato patronal... Aí tu tens um número imenso de pequenas lojinhas que [você] não consegue fazer greve nunca, não tem como fazer greve, como é que tu vai parar uma lojinha com um funcionário? Fazer um piquete lá, retirar o funcionário? Principalmente no interior, os patrões inteligentemente tratam os trabalhadores de: “- Ah, o rapaz aqui é da família”. Não jogar um futebol juntos... No interior é assim.”.

No tocante à qualificação e certificação profissional foi citada a falta de recursos públicos para o financiamento de programas públicos de capacitação, formação e certificação. Além disso, há a dificuldade de se negociar cláusulas referentes ao incentivo à qualificação profissional nas convenções coletivas do Setor. Essa demanda dos trabalhadores não conta com a compreensão dos empresários. Fato que causa perplexidade, na medida em que não investir na força de trabalho do próprio Setor econômico parece um tanto contraproducente com a manutenção do mesmo. Como a maior parte do empresariado não investe na formação da mão-de-obra, o trabalhador termina por buscá-la por conta própria, como faz notar um dirigente sindical estadual de Santa Catarina:

[...] Mas a dificuldade é essa: pouca possibilidade de ascensão, poucos cursos, o custo desses cursos, a falta de interesse dos empresários de investir na qualificação dos seus funcionários, não é nem investir financeiramente, mas liberar o funcionário para fazer o curso. Essas barreiras todas fazem com que os trabalhadores não se qualifiquem profissionalmente. Qualifica com outro objetivo, mas não para a profissão.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC ainda é considerado uma grande referência na formação profissional, tanto de uma forma geral quanto para o Setor de Turismo. Registramos muitas reclamações quanto ao custo dos cursos e o rebaixamento das cargas horárias. A instituição, porém, continua sendo citada como uma referência de qualidade e o seu certificado faz muita diferença no currículo de um trabalhador. Foram feitas observações sobre a formação profissional, embora com menos destaque, do CEFET local e da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha, ligada à Central Única dos Trabalhadores. Esta última destaca-se pela proposição de um modelo de formação integral dos trabalhadores com a valorização dos saberes acumulados ao longo da vida profissional, a busca de integração entre a qualificação profissional à elevação de escolaridade e a promoção de atividades formativas que estimulam a conscientização dos indivíduos acerca da organização do trabalho e da participação social.

Os empresários entrevistados destacaram a ausência de uma política efetiva de classificações indicativas para unidades da rede hoteleira (as chamadas “estrelas” para classificação dos serviços prestados por hotéis). Outras características do Setor de Turismo, na Região Metropolitana de Florianópolis, chamam a atenção. Por exemplo, a falta de infraestrutura para o turismo, sendo particularmente graves os problemas de mobilidade urbana (estrutura viária deficiente, transporte público precário e ausência de metrô ou trens de superfície).

Quando os diálogos sobre qualificação e certificação profissional passavam por debates conceituais mais profundos e políticas públicas mais específicas, o grau de desconhecimento dos interlocutores passou a ser bastante visível. As normas técnicas para certificação de trabalhadores do Setor de Turismo, fruto da parceria entre ABNT e MTur, são

completamente desconhecidas. Outros instrumentos de classificação e parâmetros para políticas públicas de qualificação e certificação também foram pouco citados. A própria idéia de certificação profissional, conceito que suporta múltiplas definições, aparecia de forma muito pouco clara nos discursos dos entrevistados. O fetiche de um “certificado”, um papel impresso, ainda aparece como o item definitivo nessas discussões. Falta compreensão sobre o alcance e as implicações de modelos diversos de certificação profissional. Finalmente, quanto aos itinerários formativos e as saídas intermediárias, constatamos que eles são totalmente desconhecidos. Mas tal desconhecimento deve ser encarado como uma informação relevante para esta pesquisa. Uma carência na formação de dirigentes sindicais e gestores públicos que precisa ser apontada e suas consequências avaliadas.

5. Considerações Finais

Os principais resultados da pesquisa na região de Florianópolis são: a constatação da ausência de uma oferta consistente de qualificação e certificação profissional; a ausência de interesse do empresariado em investir nesse campo; o desconhecimento dos entrevistados sobre atos normativos e instrumentos como os itinerários formativos e as saídas intermediárias; e a baixa mobilização dos trabalhadores do Setor de Turismo. É necessário que se compreenda que cada um desses tópicos engendra uma pauta para mobilização sindical e a necessidade de implementação de políticas e programas públicos que atuem nos problemas apontados. Não seria exagero dizer que um cenário tão marcado por carências poderia despertar a mobilização e a concertação com representantes do empresariado.

A atuação nesses temas exigirá a qualificação dos próprios dirigentes sindicais. Afinal, como será possível lutar pela certificação profissional se esta ainda estiverem restrita ao “fetiche” de um certificado impresso ou a busca de qualquer oferta de qualificação? Teoricamente, um trabalhador pode ser capacitado para uma função em 40 horas. Mas isso não garante, de modo algum, seu acesso a uma formação profissional mais ampla integrada à elevação de sua escolaridade. Do mesmo modo, se provar possuir as competências constantes de uma norma técnica, o trabalhador pode ganhar um “selo de qualidade”, tal qual uma mercadoria, e tornar-se mais atraente para o mercado de trabalho. Mas o que nos interessa? Converter trabalhadores em mercadorias ou garantir-lhes o acesso a uma formação integral? Enfatizamos que:

A formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto traba-

lhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos. (Ciavatta, Frigotto e Ramos, 2005a : 69)

É preciso perceber com clareza o caráter socialmente excludente da qualificação profissional exclusivamente orientada pelos interesses empresariais consolidados no mercado de trabalho. É direito do trabalhador o acesso à formação integral. Mas isso só será possível através da mobilização orientada pelo conhecimento das muitas “engrenagens” teóricas e políticas subjacentes ao tema da qualificação e certificação profissional.

Referências Bibliográficas

- ABNT. Normalização em Turismo. ABNT, 2009. Disponível em: [www.abntnet.com.br/MTur/ \(09/02/2009\)](http://www.abntnet.com.br/MTur/ (09/02/2009)).
- ALEXIM, J.C. “Certificação profissional: avanços e entraves dez anos depois”. In: Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, set./dez., 2006 (pp. 41-47).
- ALMEIDA, V. “Instituto de Hospitalidade: certificação da qualidade profissional para o setor de Turismo”. In: Bahia Análise & Dados, v.11, n.2, pp. 101-104. Salvador, 2001.
- BARBOZA, L.C. “Programa de Certificação da Qualidade Profissional para o setor de Turismo do Instituto de Hospitalidade”. In: Certificação de Competências Profissionais: Relatos de Algumas Experiências Brasileiras (reedição). Brasília, OIT, 2002.
- BIONDI, A.A. “Avanços Conceituais, Institucionais e Metodológicos nas Políticas Públicas de Qualificação”. In: Anais e deliberações da I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007.
- BRASIL. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- _____. Decreto presidencial 2208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2o. do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal no 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- _____. Ministério da Educação. Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Brasília, 2000.
- _____. Ministério do Turismo. Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas, 2003-2007. Brasília, 2003.
- _____. Decreto presidencial 5154, de 23 de julho de 2004. Revoga o Decreto 2208/1997 e regulamenta o § 2o. do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- _____. Embratur; IBGE; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Turismo. “Economia do Turismo: Análise das atividades características do turismo”. In: Estudos & Pesquisas: Informação econômica, no. 5. Rio de Janeiro, IBGE, 2007.
- _____. Ministério do Turismo. Plano Nacional do Turismo: uma viagem de inclusão, 2007 – 2010. Brasília, 2007.
- _____. Ministério da Educação. PROEJA - Formação Inicial e Continuada/Ensino Fundamental (documento base). Brasília, 2007.
- _____. Ministério da Educação. PROEJA - Educação Profissional Técnica de Nível Médio/Ensino Médio (documento base). Brasília, 2007.
- _____. Lei 11741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.
- _____. Ministério da Educação. Catálogo nacional de cursos técnicos. Brasília, 2008.
- CIAVATTA, M., FRIGOTTO, G. (orgs.). A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no Ensino Médio técnico. Brasília, INEP, 2006.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer no. 16 de 1999. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.
- DIEESE. Perfil dos trabalhadores do setor de Turismo e hospitalidade. São Paulo, DIEESE, 2006.
- _____. Anuário 2007: qualificação social e profissional. São Paulo, DIEESE, 2007.
- FERRETTI, C. “Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: Anos 90”. In: Educação & Sociedade, no. 59, Agosto, 1997.
- _____. Comentários sobre o documento Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico - Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação. Texto para discussão no GT Trabalho e Educação da ANPED, maio/1999, disponível em <http://www.fae.ufmg/gtfe>
- FIRMINO, C.A.B.; CUNHA, A. M. O. “A Pedagogia de Competências na Reforma da Educação Profissional no Brasil: entre a teoria e a prática escolar”. In: 28ª Reunião da ANPED, 2005, Caxambú-MG. Anais da 28ª Reunião da ANPED. Manaus: Microservice Tecn.Digital da Amazônia sob encomenda da ANPED, 2005.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; e RAMOS, M. Educação integral dos trabalhadores e sua relação com sistemas de reconhecimento e de certificação educacional e profissional. São Paulo, 2005a. Mimeo.
- _____. “A gênese do Decreto n. 5154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita”. In: Trabalho Necessário. Ano 3, Número 3, 2005b.
- _____. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, H. e CONCEIÇÃO, M. (orgs.). Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional. São Paulo, CUT, 2005c.
- GORZ, André. Metamorfoses do trabalho. São Paulo, Annablume, 2003.
- INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. Perfil dos profissionais no mercado de trabalho do setor de Turismo no Brasil. Salvador, Flash Design, 2001a.
- _____. Oferta por capacitação profissional no setor de Turismo no Brasil. Salvador, Design Gráfico, 2001b.
- IIEP. CD-ROM: Sistema Nacional de Certificação Profissional. São Paulo, IIEP, 2006.
- _____. Certificação Profissional. São Paulo, IIEP, 2008. Mimeo.
- INMETRO/MDIC. Portaria número 183. <http://www.INMETRO.gov.br/legislacao/rtac/pdf/RTAC001052.pdf>
- _____. Portaria número 387. <http://www.INMETRO.gov.br/legislacao/rtac/pdf/RTAC001217.pdf>

- MORAES, C.; MIYASHIRO, V.; NETO, S. e PINTO, A. Estudo da qualificação profissional e certificação no Setor de Turismo e Hospitalidade: Projeto Escola Sindical São Paulo. São Paulo, IIEP, 2007. Mimeo.
- MORAES, C.; NETO, S. A certificação de conhecimentos e saberes como parte do direito à educação e à formação. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, 2005 (Col. "Construindo a Pedagogia do Trabalho, v.2).
- MORAES, C.; NETO, S.; PINTO, A.; SOUZA, C. Estudo da qualificação profissional e certificação no Setor de Turismo e Hospitalidade: Projeto Especial de Qualificação da Escola Sindical São Paulo (Produto 1). São Paulo, IIEP, 2006. Mimeo.
- OIT. Recomendação 195. Sobre o desenvolvimento de recursos humanos: educação, formação e aprendizagem permanente. 2004.
- OURIQUES, H.R. Turismo em Florianópolis: uma crítica à "indústria pós-moderna". Florianópolis, Ed.UFSC, 1998.
- _____. "Um breve panorama sobre o desenvolvimento do turismo nas periferias do capitalismo". In: CONCEIÇÃO, M.; MIYASHIRO, R.; SILVA, A.L. (orgs.). Turismo e Hospitalidade. São Paulo, CUT, 2007.
- PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (Projovem). Formação Técnica Geral: manual do educador. Lab.Trabalho & Formação/COPPE - UFRJ, Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, 2006.
- _____. Turismo e hospitalidade: guia de estudo. Coordenação: Laboratório Trabalho & Formação/COPPE - UFRJ; Lab. Tecnologia e Desenvolvimento Social - LTDS. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, 2006.
- RAMOS, Marise. A pedagogia das competências. São Paulo, Cortez, 2002.
- SENNETT, R. A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- TANGUY, L. "Competência e integração social na empresa". In: TANGUY, L. e ROPÉ, F. (orgs). Saberes e Competências. O uso de tais noções na escola e na empresa. Campinas, Papirus, 1997.
- TRIGO, L. G.G. A sociedade pós-industrial e o profissional em Turismo. Campinas, Papirus, 1998.



O MUNDO DO TRABALHO
NO TURISMO E HOSPITALIDADE
E A EDUCAÇÃO INTEGRAL
DOS TRABALHADORES

Rosana Miyashiro

O MUNDO DO TRABALHO NO TURISMO E HOSPITALIDADE E A EDUCAÇÃO INTEGRAL DOS TRABALHADORES

Rosana Miyashiro¹

Introdução

Em estudo anterior sobre a caracterização do turismo e hospitalidade no Brasil, mostramos que, se por um lado, o turismo e a hotelaria no Brasil² se ampliam e se profissionalizam cada vez mais, gerando empregos e divisas para o país, por outro, geram riqueza e desenvolvimento de forma bastante desigual.

No Brasil, o mundo do trabalho no turismo, como em outras partes do globo, também se caracteriza pela grande incidência do trabalho informal, sazonal e extenuante que envolve principalmente os trabalhadores com baixa escolaridade, com pouco ou nenhum acesso à qualificação profissional. Estes conformam o grande exército dos “trabalhadores invisíveis” que garantem o funcionamento de todo o aparato dos pólos receptivos com atividades (dos serviços de hospedagem, alimentação, lazer e entretenimento, comércio, transportes, etc) que são fundamentais para o desenvolvimento do turismo.

Os dados captados sobre o perfil sócio-econômico dos trabalhadores no Brasil nos meios de hospedagem à época, em linhas gerais, apresentavam a seguinte realidade: 54% dos empregados tinham até 8ª série completa; os rendimentos dos empregados com e sem contratos formais, variavam entre um e dois salários mínimos; havia uma alta rotatividade no setor e elevadas jornadas de trabalho, sendo inclusive superior a 44 horas semanais.

Na pesquisa citada, buscávamos ter um panorama da realidade brasileira do turismo e hospitalidade, contemplando as principais cidades das cinco regiões, com foco nos meios de hospedagem. O recente estudo que ora apresentamos, teve como abrangência a região metropolitana de Florianópolis – SC e tivemos como objetivo aprofundar a análise e confrontar com os resultados anteriores. Buscamos focalizar a pesquisa em quatro atividades, que vinham sendo expressivas nas demandas de qualificação dos trabalhadores atendidos pela Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha. Trata-se de atividades ligadas ao lazer e entretenimento; ao comércio, aos meios de hospedagem e alimentos e bebidas. Além disso, pretendia-se mapear as demandas de qualificação e as visões acerca da certificação profissional dos diversos segmentos (trabalhadores, empresários e poder público).

Nessa nova empreitada, os resultados continuam pouco alentadores, ainda mais, se considerarmos que a região de abrangência da pesquisa tem um IDH (Índice de Desen-

¹ É coordenadora pedagógica da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha.

² Ver publicação *Turismo e Hospitalidade no Brasil: um estudo sobre os trabalhadores da hotelaria*, de 2007, realizado pela Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha em parceria com o DIEESE, que compreendeu o período de 1995 a 2005.

volvimento Humano) bastante superior às outras regiões do país, em especial, em relação ao nordeste, em que as atividades turísticas tiveram um crescimento significativo.

Sintetizando os resultados da pesquisa, pelos dados da PNAD/IBGE (2007) constatamos que o trabalho informal se concentra nas atividades ligadas ao lazer e entretenimento, contando com somente 18,2% de trabalhadores com contrato formal e a cuja maior incidência de trabalho com carteira encontra-se nos meios de hospedagem (86,7%). Quanto a jornada de trabalho, temos 42,4% dos trabalhadores com jornada superior a 44 horas semanais de trabalho, excedendo a jornada legal, sendo que no comércio o quadro é mais gritante, tendo 46% dos trabalhadores nessa situação. O rendimento médio é de 1,6 e 2,6 salários mínimos, cujos menores salários incidem nos trabalhadores da área de A&B. Já os dados da RAIS (2006) atenuam a questão da jornada de trabalho, sendo que esta se aproxima, mas não ultrapassa a jornada legal.

Em ambas as fontes, temos a constatação da tendência geral de ampliação de uma força de trabalho mais jovem no setor do turismo e hospitalidade. Tal fato impacta na questão da escolaridade, tendo em vista que se verifica que o nível de escolaridade é menor nos trabalhadores com maior idade. Mesmo assim, os trabalhadores na área de A&B e no comércio tem ainda um grande déficit educacional (educação básica). Outra questão que permanece, é a alta rotatividade dos trabalhadores no setor. Em suma, os dados explicitam que o quadro das precárias condições de trabalho pouco se alterou na última década.

Conhecer essa realidade é importante para confrontar com o discurso hegemônico que tem enfatizado a ausência de qualificação e a dificuldade de disciplinarização dos trabalhadores às rotinas de trabalho como principal entrave para o desenvolvimento do setor. Tal perspectiva é recorrente e, inclusive, foi apontada na pesquisa com os representantes dos trabalhadores, dos empresários e do poder público. Isto é, as soluções para esses problemas continuam a ser o maior incremento de investimentos públicos para profissionalização dos trabalhadores assentado na justificativa de modernização do setor para adequá-lo aos padrões internacionais, embora esses padrões sejam pouco conhecidos, como pode ser observado na pesquisa sobre a certificação profissional.

Com isso, reitera-se o discurso sobre a necessidade de melhoria dos produtos oferecidos para alavancarmos o desenvolvimento do turismo na região, tornando-o mais competitivo com outras cidades receptoras de grande número de turistas, em especial dos estrangeiros, o que supostamente impulsionaria a geração empregos. Porém, esse último aspecto deve ser relativizado tendo em vista a alta rotatividade no trabalho.

Tal discurso tem suas raízes na própria essência desse setor, como alertou Ouriques (2005), que se fundamenta numa mercadoria intangível, fetichizada no consumo da paisagem, no qual os próprios trabalhadores tem maiores dificuldades de se reconhecerem como produtores da riqueza. Como o turismo relaciona-se à exploração de atrativos turísticos, se oculta que o consumo destes, por sua vez, se realiza por meio da venda de serviços básicos

que asseguram a permanência dos turistas nas localidades receptoras. (estadia, deslocamento, alimentação etc.).

MARX problematiza o caráter fetichista da economia capitalista que impossibilita desvelar as leis imanentes do capital, reduzindo-se a realidade a mera aparência. Dessa situação deriva que no processo real de produção, o conteúdo do trabalho útil materializado em um produto ou serviço qualquer *oculta a transação real*, que é a forma pela qual o valor produzido se converte em capital, ou seja, em trabalho não pago (mais valia).

No entanto, a atenção aos dados, admitidos inclusive pela OMT, sobre as condições de trabalho, geralmente, é minimizada, pouco aprofundada e mesmo atenuada frente ao discurso da culpabilização dos próprios trabalhadores por essa situação, seja enfatizando de forma moralista a falta de iniciativa e espírito empreendedor ou mesmo a ausência de interesse dos trabalhadores em dar contrapartidas “ainda” maiores às empresas. Em resumo, os trabalhadores continuam a ser tratados como sujeitos anônimos a serviço do capital, só mencionados quando o assunto é o aumento da produtividade e do lucro. No entanto, os dados aqui organizados sobre o mundo do trabalho no turismo na região metropolitana de Florianópolis, nos fornecem elementos importantes para avançar nas propostas de Educação Profissional dos trabalhadores no setor em sentido inverso ao apontado nos discursos dominantes, qual seja, a consolidação de uma proposta de Educação Profissional na perspectiva da valorização social do trabalho. Que contribua para ampliar os conhecimentos dos trabalhadores, não somente para o exercício profissional, mas como condição para a compreensão do processo de trabalho e do mundo contemporâneo e, fundamentalmente, como direito ao acesso ao conhecimento historicamente acumulado, a ciência e a cultura.

O contexto da qualificação e certificação profissional e a Educação Integral dos Trabalhadores

Ao longo da década de 1990, do século XX, no Brasil, assistimos a difusão do discurso hegemônico sobre a nova realidade do mundo do trabalho fruto da “globalização”. Apregoava-se a necessidade de modernização do país para a sua inserção na competitividade do mercado mundial a fim de superar o quadro de estagnação econômica.

As mudanças nos processos de trabalho na chamada reestruturação produtiva, apresentava a polivalência do trabalhador como um grande avanço, no qual se destacava a maior autonomia no trabalho, o que supostamente superaria o modelo anterior, baseado na rigidez e hierarquia. Como vemos:

As mutações no interior do padrão de acumulação implicaram distinções significativas na organização e nos mecanismos de controle do trabalho, quando comparadas ao sistema produtivo anterior...(...) Ao mesmo tempo, novos métodos organizativos e gerenciais opõem-se à rígida e explícita disciplina e à normatização das tarefas, sob o cronômetro taylorista e a esteira de produção fordista,

obscurecendo os mecanismos de exploração e dominação do trabalho na tentativa de obter o envolvimento dos trabalhadores e a sua integração ideológica aos projetos de autovalorização do capital (JINKINGS, 2005, p. 97) [grifos nossos]

Essa estratégia de envolvimento dos trabalhadores comparece nos discursos sobre um novo perfil de trabalhador, cabendo a re/qualificação profissional a tarefa de adequar a força de trabalho às demandas do capital em seu novo ciclo de expansão.

A instabilidade sistêmica e a fluidez do mercado mundial exige flexibilidade das condições sociais de produção. Flexibilidade, por conseguinte, tende a torna-se um princípio basilar do toyotismo, que surge como um momento predominante dos regimes de acumulação flexível...O campo da produção tornou-se alvo de um intenso exercício ideológico e organizacional voltado para a captura da subjetividade da força de trabalho. Exige-se que o trabalhador assalariado seja colaborador ativo do capital no campo da produção, tenha uma série de novas qualificações técnicas (e emocionais) que o torne apto de exercer a polivalência e a multifuncionalidade” (ALVES, 2001, p.203).

Esse período foi marcado por fortes investidas em torno da formação profissional. Velhas e novas noções se superpõem no debate como a questão das habilidades, das competências, da empregabilidade. Ao substituir o conceito de qualificação profissional por outros, mais adequados aos “tempos de reestruturação produtiva e de qualidade total” se configura, como alerta FRIGOTTO (1996), “novas” abordagens assentadas na Teoria do Capital Humano.

Embora pareça que tais questões situam-se no âmbito do debate de especialistas do tema, ou de gestores públicos, ou mesmo da sociedade civil com atuação na área, o que podemos conferir é que, ao contrário, o conteúdo ideológico do discurso da qualificação e das competências foi amplamente difundido na sociedade, para além das esferas da produção e da educação. Mais que isso, tornou-se o projeto mobilizador dos trabalhadores e, por isso, torna-se fundamental desvelá-lo, tendo em vista que trata-se de um mecanismo ideológico em favor do capital para a ampliação da exploração do trabalho.

Esse conteúdo ideológico, nega qualquer possibilidade de avanços em favor da Educação Profissional na perspectiva da politecnia, da utopia da escola unitária e omnilateral, pois a formação humana foi reduzida a mera adaptação a realidade contemporânea, vide: *“pedagogia da qualidade, multi-habilitação, policognição, polivalência e formação abstrata. Nesta perspectiva configura-se uma crescente unanimidade do discurso da “modernidade” em defesa da escola básica de qualidade”*. (FRIGOTTO, 1996, p. 55)

O jargão da “flexibilidade” no debate pedagógico alarga e torna menos precisos para os trabalhadores os requerimentos da qualificação, cujas demandas incidem na resolução dos problemas previstos e não previstos nas situações de trabalho.

As dificuldades nesse campo residem na abrangência dada aos processos formativos, na medida em que não se restringem aos conhecimentos sistematizados historicamente,

mas envolve também uma cultura para o ambiente de trabalho e a busca de adesão dos trabalhadores às novas exigências do mercado. Isto é, o conhecimento produzido ou reproduzido (portanto *aprendido*) não se relaciona apenas à técnica, mas abrange, em maior ou menor escala, as relações sociais envolvidas no processo produtivo que se desdobra na subjetividade do ser social que trabalha.

Vale lembrar que historicamente os conhecimentos tecnológicos e a cultura da empresa são aprendidas pelos trabalhadores e os conhecimentos criados no processo de trabalho, são transmitidos, quase sempre de forma heterogênea, para os diferentes níveis hierárquicos da empresa.

Dado os elementos orientadores das práticas pedagógicas constantes no modelo de competências como a participação, criatividade e relação com situações concretas para o aprendizado significativo, essa proposta ganhou adesão de gestores educacionais, professores e alunos e se tornou hegemônica nas propostas educacionais vigentes.

Porém, Ramos (2006) adverte que o modelo de competências desloca dimensões que não se situam no campo puramente pedagógico e acaba por negar os conteúdos historicamente sistematizados.

A instituição do “modelo de competências” foi recorrente também no debate sobre a constituição de um novo marco regulatório no país via sistema público de reconhecimento da certificação ocupacional. Tem-se, dessa maneira, a controversa indicação da ABNT e do INMETRO como órgãos responsáveis pela construção das normas e critérios de avaliação do “produto” qualificação profissional, previsto na certificação de conformidade.

Todas essas mudanças impactaram os setores e ramos produtivos ao longo da década de 1990, do século XX, com diferentes intensidades. Frente ao desemprego no país *o turismo acabou sendo disseminado por poderosos mecanismos ideológicos (...) até mesmo o mais humilde dos cidadãos passa a acreditar que o turismo é uma atividade benéfica, a verdadeira “salvação da lavoura”, a “tábua de salvação” dos naufragados pelas vicissitudes econômicas locais.* (Ouriques, 2005)

A condição favorável do turismo como carro-chefe indutor do desenvolvimento do país, abriu espaço privilegiado nas formulações sob a era flexível, vide as produções do Instituto de Hospitalidade, para a implantação do modelo de competência e da certificação de conformidade na década de 1990. A implantação à época do Resort na Costa do Sauípe, na Bahia, como uma referência de um padrão internacional de turismo no país, é um bom exemplo.

Porém, tal “sucesso”, não se dissocia das demais estratégias de desmonte das organizações dos trabalhadores em nível mundial das últimas décadas, principalmente os aparatos ideológicos de adequação da força de trabalho aos ditames da nova divisão internacional do trabalho.

O breve contexto exposto visou situar os enormes desafios que temos pela frente no campo das políticas públicas de Educação Profissional no país. E é nesse sentido que a Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha CUT vem desenvolvendo, desde 2003, experiências de

educação profissional com trabalhadores na área do Turismo e Hospitalidade com uma estratégia de atuação que não se restringe a oferta, pura e simples, de cursos profissionalizantes. Ao contrário, a proposta de Educação Integral dos Trabalhadores busca forjar experiências nesse campo, que se contraponha ao discurso dominante sobre a necessidade de qualificação da força de trabalho para a empregabilidade que se pauta no desenvolvimento de competências individuais que adaptem os trabalhadores às incertezas do mundo do trabalho contemporâneo. Sob a justificativa das exigências do mercado vem sendo reiterado o ideário da obsolescência constante do “conhecimento” frente às novas tecnologias.

Tal tarefa não é algo simples, pois para além de denunciar essa situação, o compromisso ético e político com a educação dos trabalhadores impõe: em primeiro lugar, desvelar o conteúdo ideológico presente no discurso dominante sobre a qualificação profissional. Para isso é necessário rigor teórico-metodológico, na ótica do trabalho, para não cairmos nas armadilhas dos modismos e caminhos fáceis e acríticos; em segundo, a partir desses aportes é necessário formular e validar experiências educativas diferenciadas com trabalhadores por meio de propostas educacionais passíveis de serem implementadas na rede pública de Educação Profissional, considerando as contradições que marcam a realidade do mundo do trabalho e da educação no Brasil.

Portanto, a proposta de educação integral deve ser compreendida no bojo dos debates hegemônicos sobre o conteúdos e processos de aprendizagem dos trabalhadores com a emergência do modelo de competências a partir das transformações nos processos produtivos contemporâneos, sob a égide da produção flexível. Segundo, Ramos (2004):

O elemento mais provocador de mudanças e/ou instabilidade nas escolas a partir das reformas dos anos de 1990 foi a noção de competências, contrapondo-se às disciplinas (...) Dessa forma, a organização do currículo não passaria mais pela definição de um conjunto de conhecimentos sistematizados a que o aluno deveria ter acesso. Antes, seriam definidas as competências e, então, selecionados os conhecimentos exclusivamente necessários para o seu desenvolvimento. (RAMOS, 2004, p. 112-113)

A partir dessas considerações, é preciso ressaltar que os acúmulos metodológicos da Educação Integral dos trabalhadores são parte da luta contra-hegemônica. Em outras sistematizações, vínhamos discorrendo sobre as bases da Educação Integral dos Trabalhadores na perspectiva da formação humana, omnilateral e unitária, baseados nos princípios da politecnia, trabalho, cultura e ciência. No entanto, nesse curto espaço queremos apenas destacar alguns elementos, referente aos acúmulos alcançados até o momento pela Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha em sua trajetória recente. Houve um esforço no sentido de construir um espaço de desenvolvimento metodológico que pudesse balizar às experiências de Educação Profissional, na ótica do trabalho.

Por sua vez, a consistência das experiências tem como alicerce a formação continuada da equipe docente, tendo em vista que podemos ter um arcabouço-teórico metodológico bem estruturado que não encontra ressonância nas práticas educativas concretizadas. Seja pela incompreensão dos educadores dos fundamentos dessa concepção de educação ou mesmo pela incompatibilidade com a perspectiva crítica apontada, que tem como prerrogativa incorporar os saberes acumulados pelos trabalhadores em suas trajetórias de vida e de trabalho, sem o aligeiramento e/ou infantilização das abordagens pedagógicas e dos conteúdos. Para isso, é fundamental assegurar um plano de formação continuada da equipe pedagógica e sistematizar os acúmulos pedagógicos para sua validação e reconhecimento social.

É essa perspectiva que move nossas reflexões, que procuram fazer um breve balanço das experiências no bojo dos avanços e contradições do marco legal da Educação Profissional no país, preconizadas no decreto 5154/2004 e, especialmente, no marco do PROEJA/2006.

A questão da formação inicial e continuada (FIC) dos trabalhadores jovens e adultos integrada aos processos de elevação de escolaridade caminha em passos lentos. Há uma dificuldade de se avançar concretamente para se construir uma nova realidade da educação profissional dos trabalhadores, que supere a histórica dicotomia entre trabalho manual e intelectual, formação geral e formação técnica. As propostas de itinerários formativos e saídas intermediárias em experiências fora da rede oficial de ensino encontram dificuldades de reconhecimento social, embora haja avanços na regulamentação atual. Prevalece ainda, o currículo por competências que pouco dialogam com a realidade dos trabalhadores, a não ser como mecanismo ideológico eficiente para a adesão dos trabalhadores à lógica do mercado.

A ETHCI/CUT vem experimentando na prática o currículo integrado tanto nos cursos de FIC como nos cursos técnicos na área do Turismo e Hospitalidade. A perspectiva de consolidação dos itinerários formativos pressupõe: o conhecimento da realidade do mundo do trabalho no setor em que se pretende atuar (portanto, a relevância de estudos diagnósticos setoriais como esse); a formulação e experimentação de currículos e planos de cursos que integrem os conhecimentos gerais e técnicos e tenham como estratégias pedagógicas partir dos saberes acumulados dos trabalhadores com vistas a ampliar o seu grau de letramento (aqui entendido como a apropriação dos conhecimentos historicamente acumulados) por meio do domínio progressivo das ferramentas da leitura, escrita, do raciocínio-lógico para relacionar, confrontar, reelaborar, analisar os processos de trabalho numa perspectiva histórica por meio da apreensão dos fundamentos da ciência e do trabalho, numa perspectiva crítica e emancipadora. Além disso, acreditamos que o conhecimento concebido dessa forma, deixa de ser mero diletantismo ou treinamento para se tornar um instrumento de poder para a luta dos trabalhadores.

Uma pesquisa com egressos pode dar elementos valiosos sobre as mudanças tanto nas condições de trabalho quanto na vida desses trabalhadores que passam por esse tipo de

formação. Pode contribuir em muito para a construção dos itinerários formativos e saídas intermediárias numa perspectiva de ascensão dos estudos e ampliação das possibilidades de uma formação profissional mais consistente para os trabalhadores que tiveram as suas trajetórias educacionais interrompidas.

São essas diretrizes que vem pautando as experiências da ETHCI/CUT e por ser uma proposta contra-hegemônica há que se consolidá-la com os trabalhadores para se firmar como uma possibilidade concreta de educação de qualidade no árduo processo de construção do ensino na perspectiva da integralidade dos sujeitos e do conhecimento.

Concomitante a isso, a certificação profissional no país, embora exista com força no âmbito ideológico, move-se de forma fragmentada nos sistemas de educação, sendo partilhado principalmente em alguns espaços do governo e do meio empresarial e, por isso, há possibilidades de revertê-lo. Isto é, a certificação de conformidade e o seu otimismo face às novas tecnologias já sinaliza seu esgotamento diante da realidade de intensificação das formas precárias de trabalho e da degradação humana em todas as dimensões sociais.

Considerações finais

São muitas as lutas a serem travadas pelos trabalhadores, tendo em vista a clara hegemonia do capital. Por isso, o movimento sindical tem a dura tarefa de preparar-se para qualificar sua atuação nos novos desafios que estão colocados, primeiramente entendendo a dinâmica do mundo do trabalho do turismo no Brasil e no Mundo. Isso por si só, coloca sob novas bases o debate sobre a organização sindical com esses trabalhadores, que em primeiro lugar, requer novas formas de mobilização que não podem estar restritas ao clássico trabalho de sindicalização tendo em vista a alta rotatividade de trabalhadores nos postos de trabalho que impede um trabalho organizativo continuado. Em segundo lugar, não podemos deixar de considerar o movimento complexo e contraditório do capital que se expressa na ampliação das taxas de exploração do trabalho, onde observamos um retrocesso significativo das conquistas dos trabalhadores adquiridas ao longo de muitas décadas de lutas, no qual aprofunda-se o processo de alienação do trabalho, pois as terceirizações, os contratos parciais de trabalho, o rebaixamento dos salários etc. passam a ser encarados como algo “natural” e imutável pelos trabalhadores.

Ao contrário de outros setores, as definições para a exploração das atividades turísticas inserem-se no projeto de desenvolvimento regional/local e, portanto, extrapola o local de trabalho, exigindo do sindicalismo cutista uma mobilização mais ampla da sociedade. Dada a própria dinâmica desse setor, que não depende apenas de fatores intrínsecos, este é um embate que está para além das mesas de negociação entre Capital e Trabalho e que implica uma ampla discussão sobre os destinos da cidade, estado e país. Já as estratégias organizativas do movimento sindical devem ter um caráter internacionalista, tendo em vista a dinâmica e o fluxo da atividade turística, impactando também na problemática das

migrações contemporâneas de trabalhadores e de toda a sorte de degradação do trabalho em nível mundial.

Além disso, o processo de certificação imposto aos trabalhadores no atual marco legal têm implicações diretas na fragilização da representação dos trabalhadores, ao estimular negociações individuais em detrimento de acordos coletivos, via certificação de competências individuais dos trabalhadores.

Trata-se, portanto, de reconhecer que a qualificação profissional é um elemento importante para os trabalhadores e pode mobilizar diversas lutas, pois esta não se restringe a adaptação ao mundo do trabalho contemporâneo, mas é a expressão das novas formas de cooptação do trabalho pelo capital. Além disso, a educação é uma bandeira histórica e um direito a ser garantido, juntamente com o direito à saúde, à moradia e tantos outros. Porém, cabe a classe trabalhadora definir qual qualificação, para além das exigências do capital, no qual prevalece a *“perspectiva linear e alienante difundida no modo de produção capitalista, que relaciona, de modo estrito, trabalho a mera forma de venda de aptidões e saberes individuais e coletivos (a força de trabalho) no mercado”* (RUMMERT, 2002).

Referências bibliográficas

- ALVES, G. *Dimensões da globalização: o capital e suas contradições*. Londrina : G.A.P.Alves, 2001.
- CONCEIÇÃO, M.; MIYASHIRO, R.; SILVA, A.L. (orgs.). *Turismo e Hospitalidade. Desenvolvimento metodológico para a qualificação socioprofissional e desafios da negociação e contratação coletiva e certificação*. São Paulo, CUT, 2007.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Petrópolis: Paz e Terra, 1996.
- FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo : Cortez, 1996.
- FRIGOTTO, G, CIAVATTA, M, RAMOS, M(org.). *Ensino Médio Integrado: concepções e contradições*. São Paulo : Cortez, 2005.
- _____. *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis : Editora Vozes, 2001.
- JINKINGS, N. *Novas e velhas determinações da dominação capitalista no trabalho*. In *Traços do trabalho coletivo*. Org. AUED, B. São Paulo : Casa do Psicólogo, 2005.
- MARX, Q *Capital VI inédito de Q Capital*. São Paulo : Moraes. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo. p.108-120.
- MIYASHIRO, R, MORETTO. *Projeto Político Pedagógico de Educação Integral – Turismo e Hospitalidade*. Florianópolis, 2005.
- OURIQUES, H.R. *Turismo em Florianópolis: uma crítica à “indústria pós-moderna”*. Florianópolis, Ed.UFSC, 1998.
- RAMOS, M. N. *A Educação dos Trabalhadores e a Utopia da Plena Formação Humana*. Mimeo, 2001
- _____. *A Pedagogia das Competências: Autonomia ou Adaptação?* São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- RUMMERT, S. M. *Capital e Trabalho: convergências e divergências quanto à educação básica*. Mimeo, 21^a. Reunião Anual da ANPED, 1988.
- _____. *Educação e Identidade dos Trabalhadores: As concepções do capital e do trabalho*. São Paulo: Xamã, Niterói : Intertexto, 2000.

DIREÇÃO EXECUTIVA DA CUT (GESTÃO 2006/2009)

Presidente: Artur Henrique da Silva Santos
(SINERGIA - Sind. Trab. Ind. de Energia Elétrica do Estado de SP)

Vice-Presidente: Carmen Helena Ferreira Foro
(Sind.Trab.Rurais Igarapé-Miri- PA)

Secretário Geral: Quintino Marques Severo
(Sind. Trab. Ind. Metalúrgicas de São Leopoldo - RS)

Primeiro Secretário: Adeilson Ribeiro Telles
(SEPE -Sind. Est. Profi. da Educação do Estado do RJ (Oposição))

Tesoureiro: Jacy Afonso de Melo
(Sind. dos Bancários de Brasília - DF)

Primeiro Tesoureiro: Antonio Carlos Spis
(Sind.Unific. Petroleiros do Estado de SP)

Secretário de Relações Internacionais: João Antônio Felício
(APEOESP - Sind. dos Professores do Ensino Oficial do Estado de SP)

Secretário de Política Sindical: Wagner Freitas de Moraes
(Sind. dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região - SP)

Secretário de Formação: José Celestino Lourenço (Tino)
(SIND-UTE - Sind. Único dos Trab.em Educação do Estado de MG)

Secretária de Comunicação: Rosane Bertotti
(Sind. Trab. Agricultura Familiar de Xanxerê - SC)

Secretário de Políticas Sociais: Expedito Solaney Pereira de Magalhães
(Sind. dos Bancários do Estado de PE)

Secretária de Organização: Denise Motta Dau
(SindSaúde - Sind. dos Serv. Pub. em Saúde do Estado de SP)

Secretária sobre a Mulher Trabalhadora: Rosane da Silva
(Sind.dos Sapateiros de Ivoti - RS)

Diretor Executivo: Anízio Santos de Melo (APEOC - Sind. Serv. Pub. Lot. Sec. De Educação e de Cultura do Estado do CE)

Diretor Executivo: Antonio Soares Guimarães (Bandeira) (Sind. Trab. Rurais de Pentecostes - CE)

Diretor Executivo: Carlos Henrique de Oliveira (Sind. Serv. Pub. Municipais de São José do Rio Preto - SP)

Diretor Executivo: Dary Beck Filho (Sind. Trab. Ind. Dest. Refinação de Petróleo do Estado do RS)

Diretora Executiva: Elisângela dos Santos Araújo (Sind. Trab. Rurais de São Domingos - BA)

Diretor Executivo: José Lopez Feijóo (Sind.Trab.Ind. Metalúrgicas do ABC-SP)

Diretor Executivo: Julio Turra Filho (SINPRO-Sind. Professores do ABC-SP)

Diretora Executiva: Lúcia Regina dos Santos Reis (SINTUFRJ) - Sind. Trab. em Educação da UFRJ)

Diretor Executivo: Manoel Messias Nascimento Melo (SINDPD - Sind. dos Trab. em Informática do Estado de PE)

Diretor Executivo: Milton Canuto de Almeida (SINTEAL - Sind. Trab. Em Educação do Estado de AL)

Diretor Executivo: Rogério Batista Pantoja (Sind. Trab. Ind. Urbanas - AP)

Diretor Executivo: Shakespeare Martins de Jesus (Sheik) (Sind.dos Metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem - MG)

Conselho Fiscal - Efetivos

1. Maria Julia Reis Nogueira (Sind. Trab. Pub.Fed.Saúde e Previd. Estado do MA)
2. Valdemir Medeiros da Silva (Sind. dos Previdenciários do Estado da Bahia)
3. Alci Matos Araújo (Sind. Empreg. no Comércio do Estado do ES)

